



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA (CFCH – DS)
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NÊMESIS LIMA DE FARIAS MELO

**EU TENHO 20 LITROS DE SILICONE INDUSTRIAL: UMA AUTOETNOGRAFIA
TRANSFUTURISTA PELA VIDA DAS TRAVESTIS**

Recife

2025

NÊMESIS LIMA DE FARIAS MELO

**EU TENHO 20 LITROS DE SILICONE INDUSTRIAL: UMA AUTOETNOGRAFIA
TRANSFUTURISTA PELA VIDA DAS TRAVESTIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho.

Coorientador: Hugo Menezes Neto.

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Melo, Nêmesis.

Eu tenho 20 litros de silicone industrial: uma autoetnografia Transfuturista pela Vida das Travestis / Nêmesis Melo. - Recife, 2025.

59

Orientador(a): Roberto Lima Filho

Coorientador(a): Hugo Menezes Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais - Licenciatura, 2025.

1. Transfuturismo. 2. Autoetnografia. 3. Antropologia. 4. Contrassexualidade. 5. Travestis. I. Lima Filho, Roberto. (Orientação). II. Menezes Neto, Hugo. (Coorientação). IV. Título.

300 CDD (22.ed.)

NÊMESIS LIMA DE FARIAS MELO

**EU TENHO 20 LITROS DE SILICONE INDUSTRIAL: UMA AUTOETNOGRAFIA
TRANSFUTURISTA PELA VIDA DAS TRAVESTIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciada em Ciências Sociais.

Aprovado em: 22/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Hugo Menezes Neto (Coorientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Ma. Maria Luísa Pinheiro Viana (Avaliadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Ma. Maria Clara Araújo dos Passos (Avaliadora Interna)

Universidade de São Paulo

A todas as Travestis.

A Vivi e a Marzinha, que me ensinaram tudo sobre amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo e a Deyse, que sou eu, por me permitir encontrar amor, beleza, conforto, afeto, paz e felicidade nas plantas, na mata, nos seres encantados, nas Iabás e em todos os Orixás que regem a vida; também no sol, na lua, no mar, no rio, no igarapé, nas rochas, nos animais, no céu, em Azealia, Nina e Lilinho; assim como na forma de vida que vi em Sheila Viviane, Maria José, Mar Domingos, Jarda Araújo, Maria Luísa, Maria Mathu, Sofia Alves, Maria Clara Araújo, Mami Tchesca, Luana Muniz, Sophia Rivera, Princesa Nunes, Alexa Fuga, Amanda Almeida, Júlia Martins, e tantas outras criaturas fêmeas que me ensinaram sobre a vida, e me instruem sobre o mundo. Esta pesquisa surge de toda beleza que encontro em meu caminho, afinal sou de filha de Oxúm. Sou grata, feliz, próspera, banhada em ouro, espiritualizada, e extremamente abençoada. Namastê! Salaam Aleikum! Axé! Mojubá! Laroyê! Odoyá! Ora iê iê ô! Eparrey! Epa Babá! Arroboy! Okê Arô! Kaô! Ogunhê! Gratidão! Ta Kuarasyrere! Ta Jacyrere!

Muito prazer, eu sou a nova Eva
Filha das travas, obra das trevas
Não comi do fruto do que é bom e do que é mal
Mas dichavei suas folhas
E fumei a sua erva
Eu quebrei a costela de Adão.

Linn da Quebrada – Quem Sou Eu (2020).

RESUMO

Esta monografia aborda, de forma autoetnográfica, a noção de genitalismo (Violet Boudelaire Anzini, 2021) enquanto estrutura que organiza o controle dos corpos a partir de dispositivos como o patriarcado, o heterossexismo, o sexo e o gênero. Visando a crítica à farmacopornografia (Paul B. Preciado, 2023), busco evidenciar os efeitos nocivos desses sistemas normativos e propor saídas possíveis por meio da Contrassexualidade (Paul B. Preciado, 2022). É nesse ponto que emerge o Transfuturismo: uma perspectiva ficcional construída a partir das corporalidades transtravestigêneres, compreendendo nossos corpos como tecnologias capazes de hackear o "cistema". Introduzo também a noção ficcional de *Deyse*, entidade que expressa a cosmologia Travesti e sua relação com a criação. Ao longo do trabalho, discuto o movimento de Travestis e transexuais, analisando a educação e a prostituição como instrumentos convergentes em nosso processo de resgate social e como ferramentas Transfuturistas. Por fim, apresento o conceito de instrumentos Transfuturistas — tais como o packer, o binder, o amor, o silicone industrial, a aquendação, o pajubá e a calcinha de aquendar — como tecnologias de sobrevivência e afirmação das nossas existências.

Palavras-chave: Genitalismo. Contrassexualidade. Transfuturismo. Autoetnografia. Corporalidades transtravestigêneres.

ABSTRACT

This monograph approaches, through an autobiographic way, the concept of genitalism (Violet Boudelaire Anzini, 2021) as a structure that organizes the control over bodies through mechanisms such as patriarchy, heterosexism, sex, and gender. In the light of pharmacopornography (Paul B. Preciado, 2023), I seek to highlight the harmful effects of these normative systems and propose alternatives through the lens of countersexuality (Paul B. Preciado, 2022). It is at this point that emerges the Transfuturism: a fictional perspective built from transgender and travesty corporalities, understanding our bodies as technologies capable of hacking the “Cistem”. I also bring the fictional notion of Deyse, as an entity that expresses the Trans and Travestis cosmology, and its relationship with creation. Throughout this work, I bring to conversation the Brazil movement of Travestis and Trans Women, analyzing how education and prostitution are converging instruments in our social rescue process, being here read as Transfuturist instruments. Lastly, I present the concept of Transfuturist Instruments – such as the Packer, the Binder, the Pajubá, and the Tuck Panties – as survival technologies and affirmation of our existences.

Keywords: Genitalism. Countersexuality. Transfuturism. Autoethnography. Transgender and Travesti corporalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brenda Lee.....	42
Figura 2 – Luana Muniz.....	43
Figura 3 – Nick Thomás utilizando o <i>Binder</i>	49
Figura 4 – <i>Packer</i> com Vértebra e Jockstrap.....	50
Figura 5 – Ilustração do Método de Aquendação.....	52
Figura 6 – Eu utilizando calcinha de Aquendar.....	52
Figura 7 – Silicone Industrial sendo aplicado.....	53

SUMÁRIO

Cap. 1. INTRODUÇÃO.....	12
Cap. 2. TRAVESTI QUE CORRE COM AS ONÇAS: A CAÇA DO CORPO ENQUANTO MOVIMENTO CONTRASSEXUAL.....	22
2.1. Do veneno da tarântula extraímos silicone industrial: o Transfuturismo acontece de dentro para fora.....	33
Cap. 3. FILHA DAS TRAVAS, OBRA DE DEYSE: O SAGRADO TRAVESTI ESTÁ ENTRE NÓS.....	36
3.1. Do balé dos nossos corpos nasce o Transfuturismo.....	40
Cap. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

Cap. 1. INTRODUÇÃO

Transicionar é escrever uma ficção bem sucedida.

(Princesa Trindade Nunes)

Olá, te desejo boas energias e agradeço por te encontrar aqui. Esta autoetnografia é um manual monólogo de sobrevivência para as pessoas Transtravestigêneres. Escrevo aqui uma oração a Deyse e às Travestis. Aqui cultuo a espiritualidade Travesti.

Meu nome é Nêmesis Lima, tenho 24 anos, sou Travesti – carrego comigo 750ml de silicone industrializado e possuo 8 anos de Terapia Hormonal –, sou filha de Oxúm, filha de Deyse, ariana, recifense, usuária de cogumelo e de liamba, e, a partir de agora, academicamente cientista social. Também me chamo Hayla, sou puta, do Privacy, do Skkoka, do Travesti com Local, do Top Trans Brasil, do PhotoAcompanhante, do Fatal Model, do X, do Instagram, sou *Camgirl*¹ no Câmera Prive, do job, e possuo um público de quase 50 mil seguidores consumindo minha putaria virtual e presencial – fora os que não são contabilizados. Por fim, sou a onça que caça e pede carinho, sou da mata, conecto-me com a natureza, amo a vida e sou parte do universo. Nasci no dia 11 de Abril de 2001 e desde então tenho desbravado a vida e aprendido muito sobre como mediar bem esse corpo que carrego.

Minha escrita é uma Etnoputaria Literária Transfuturista de ponta sobre a Vida das Travestis.

Etnoputaria é a maneira que construo autoetnografia. É a forma como a Puta produz autoetnografia.

A prostituição virou minha melhor amiga e por isso escrevo.

A Etnoputaria é um lembrete de que a putaria está para além das esquinas, e de que a puta também pensa, pesquisa, analisa e escreve. Nesse caso, a escrita etnográfica aqui também é feita à luz e à sombra da putaria – Putaria enquanto algo que a puta faz. Inscreve-se na reflexão e em uma etno-lógica. Assim emerge a Etnoputaria.

¹ Meninas que atuam em sites de striptease.

Eu sou uma puta e escrevo.

A puta, segundo Sophia Rivera² (2025), em seu artigo *Criminalizar prostituição em via pública fere direitos das profissionais do sexo*, publicado no site Ponte Jornalismo em 2025, deve ser compreendida:

Não como uma mulher sofrida, abandonada e à procura de salvação, mas como um lugar de autonomia, dissidência e cabível de escolhas. (...) A puta em certa instância é o rompimento da propriedade privada, seja na submissão do corpo, seja na saída do lar doméstico, ou mesmo do domínio patrimonial na figura dos homens. É a quebra da ingenuidade e da falta de autonomia. Como classe trabalhadora, ainda cheia de desproteções e falta de seguridades, e como categoria de trabalho, atravessada pela ética antiética e da moral imoral (Sophia Rivera para Ponte Jornalismo, 2025).

Quando penso sobre a vida e a história das Travestis, entendo que o lugar de “puta” foi o primeiro a nos acolher.

As esquinas viraram nossas casas.

A putaria virou nosso ganha-pão.

Os puteiros tornaram-se verdadeiros castelos que nos protegiam do horror que era viver à luz do dia em uma sociedade que insiste em tentar contra nossas vidas.

Hoje, o lugar de “puta” ainda nos atravessa significativamente. Nesse sentido, colocar-me enquanto Travesti e puta nas ciências sociais, e afirmar que reflito e escrevo uma Etnoputaria, é um posicionamento acadêmico que anuncia que as putas também detêm e elaboram o conhecimento.

Agora é o sistema quem irá sentar e nos ler.

Enquanto escrevo, paro para atender a um cliente, fazer uma live ou gravar um conteúdo, afinal, preciso do aquí³, né? Volto a refletir e escrevo mais. Isso é a Etnoputaria na prática.

Escrevo para ser para sempre. Para matar minha sede em ser imortal. Por mais que meu corpo não sobreviva ao mundo, minha escrita fica e é por ela que ressurjo como fogo-fátuo. Eu sou mais uma Travesti que escreve para continuar viva. Minha escrita advém da autoetnografia que estranha o mundo e recusa o design de morte que ele carrega. Escrevo

² Irei referenciar, sobretudo quando a pessoa autora for Transtravestigênera, com o prenome e sobrenome para demarcar que estamos para além do prenome.

³ Em Pajubá: dinheiro.

porque estou incomodada, e meu incômodo nasce e sobrevive na falta de me ver viva nos textos, de ver meu corpo Travesti sendo humanizado na academia. É urgente compreender a necessidade de uma antropologia que, ao se constituir como conhecimento, provoque reflexões sobre aquilo que se lê. Nesse sentido, o caráter crítico-reflexivo do fazer etnográfico — ou autoetnográfico — deve assumir o protagonismo. Afinal, como afirma Mariza Peirano (2014), não há antropologia sem etnografia.

Já parou para refletir como seria a história das travestis e demais identidades transgêneres se contada unicamente por nós mesmas? Acredito que o mundo nos enxergaria de outra forma. Reconheceria que somos humanas. Entenderia que a prostituição é um lugar de sobrevivência, mas também de disputa ideológica. Que algumas de nós amam, temem a Deus e oram antes de dormir. Que temos família: mãe, irmãs, sobrinha, amigas — e que essas pessoas sentem nossas mortes.

Que estudamos, escrevemos, nos formamos e somos aprovadas em concursos públicos. Que nossos corpos são normais, assim como nossas mentes e cotidianos. Que estamos engravidando, parindo, transando, gozando. Que também namoramos, nos casamos. Que morremos de câncer, tuberculose, diabetes, Alzheimer e outras doenças naturais — para além da morte matada.

Que envelhecemos. Que nos aposentamos. Que tomamos PrEP e retrovirais. Que nos vacinamos, vamos a consultas médicas, passamos por cirurgias. Que tomamos banho, cagamos e mijamos todo dia. Que vomitamos, passamos mal às vezes. Que temos amigas e vamos a festas. Que também temos dinheiro, compramos casa, carro, moto, prada, *Louis vuitton*, *balenciaga*, *fendi*, *gucci*, *YSL*, e mobiliamos nossos lares.

Que podemos ser mãe, pai, construir uma família — talvez até uma família nuclear. Que também adotamos. Que somos pastoras e pregamos a palavra. Que cantamos, atuamos, gostamos de cinema e videogames. Que vamos à praias, cachoeiras, rios, parques, praças. Que enfrentamos o transporte público e as filas quilométricas das lotéricas. Enfim, talvez fossemos menos despseudologizadas a partir de leituras e escritas aprimoradas.

Minha maneira Transfuturista Etnoputa de fazer antropologia autoetnográfica reside no resgate do controle da minha vida através das minhas palavras, e resgatando minha vida também desejo regatar a vida das minhas irmãs. Esse resgate pretende assumir um posicionamento reflexivo acerca da vida de corporalidades transtravestigêneres, ampliando o

debate acerca do real sentido de nossa trajetória social e movimentação política. Dessa maneira, dou continuidade a uma construção autoetnográfica que pretende abrir mão de padrões civilizatórios e conseguir “rachar o concreto e encontrar a água que fertilizará nosso caminho rumo a um horizonte emancipatório” (Camila Miranda, 2022, p. 7).

Etnoputaria pode ser, em específicos casos, uma resposta ao genitalismo.

O genitalismo é um mecanismo que age incentivando e direcionando a noção de corpo ao defender a existência de “normas de gênero que estabelecem que a verdade do sujeito está no sexo” (Berenice Bento, 2006, p. 40), e nesse movimento infecta a ótica das pessoas e as leva a crer que entender o genital antes do social é ético.

Esse mecanismo não atua sozinho; age em favor do patriarcado, que regula o mundo através da lógica binária, influenciando a compreensão da realidade pela noção de que sempre existirá um homem que manda e uma mulher que obedece. Essa mesma lógica pode ser aplicada ao heterossexismo, mas, neste caso, a perspectiva sexual também é levada em conta. Ou seja, o mundo só é concebido a partir de um sexo heterossexual e cisgênero.

Dessas noções emergem o sexo e o gênero, como respostas um do outro, complementando-se a partir das constituintes simbólicas reguladoras da sociedade, como: roupa, emprego, legislação, família e saúde, que partem da noção binária heterossexual e cisgênera. Tudo isso pode ser compreendido, de maneira geral, como cissexismo, ou seja, a interseção entre a norma sexista de gênero, que projeta a diferença entre homem e mulher, e a norma cissexista de gênero, que produz a diferença entre corporalidades cisgêneras e transgêneras (Jaqueline Gomes de Jesus, 2014).

Reservo o 2º capítulo, *Travesti que corre com as onças: a caça do corpo enquanto movimento constrassexual*, para debater teoricamente o que entendo enquanto mecanismos de controle de corpo. Nesse capítulo, dialogo com Violet Boudelaire Anzini, autora do livro *A Queda do Falo: Arqueologia do cotidiano das travestis e mulheres trans*, lançando em 2021, a fim de construir um pensamento estruturalmente transtravestigênera acerca das problemáticas que acompanham o genitalismo.

Nesses sistemas que surgem a partir da violência, o sofrimento é o “pornô” que os heterossexistas seguem consumindo e gozando, enquanto nós, corpos que rompem, sofremos. Esse fato pode ser facilmente compreendido quando analisados a partir dos altos índices de consumo de pornografias envolvendo corporalidades transtravestigêneras, em que o Brasil

ocupa, desde 2016, o ranking do país que mais consome pornografias envolvendo nosso corpo, segundo dados divulgados pela plataforma RedTube (Catarinas, 2023).

Ainda para elucidar mais o fato trazido anteriormente, resgato o caso da travesti Dandara dos Santos, que foi brutalmente assassinada por um grupo de assassinos e ganhou repercussão nas redes após um vídeo – gravado por um dos criminosos – publicado nas redes sociais, em que é possível ver nitidamente a maneira brutal que se deu a morte de Dandara dos Santos (G1, 2024). Antes de ser deletado, o vídeo alcançou altos índices de visualizações, e é exatamente por isso que eu trouxe esse relato aqui. Conseguem entender como nossas mortes e pornografias são consumidas demasiadamente pelo sistema? Por que vocês acham que é mais “fácil” e constante ver notícias sobre travestis sendo assassinadas, ao invés de notícias em que uma travesti se tornou puta, professora, médica, vereadora ou advogada?

Eles não querem nos ver vivas, e para isso minha resposta é a Etnoputaria.

A Etnoputaria é o movimento de não produzir conteúdo adulto de divertimento patriarcal⁴. Ou seja, ao escrever sobre corporalidades subalternizadas pelo patriarcado, optar por desenvolver seu pensamento **através** da marginalização e do sofrimento dessas, ou nem isso, e nunca **a partir** ou **sobre**.

Produzir **através** do sofrimento, quando necessário tratar sobre, é compreender a existência de toda uma trajetória de marginalização e exclusão, porém ainda assim sinalizar que ela não será o foco, tampouco a base da pesquisa.

Explicarei minha experiência na produção deste trabalho para que você compreenda qual é o objetivo da Etnoputaria na prática:

Quando decidi iniciar minha pesquisa, optei por desenvolver uma análise de discurso a partir de uma roda de conversa em que eu e mais cinco pessoas Transtravestigêneres iríamos debater sobre a maneira com a qual o genitalismo influencia nossa trajetória social. O título imaginado do trabalho seria *Afinal, é possível um corpo que antecede o genital? Uma análise acerca da realidade de corporalidades Transtravestigêneres frente ao genitalismo social*. Lendo esse título, é perceptível compreender como o genitalismo era o foco do meu trabalho, e mesmo que, em algum momento da pesquisa, eu recorresse ao debate de nossa experiência social, o foco principal era ler essa experiência a partir do nosso processo de exclusão, ou seja, o genitalismo. Eu então pretendia desenvolver única e somente um texto **sobre** o

⁴ Tanto social quanto academicamente.

genitalismo. O genitalismo era o que mais me doía – ainda é, e eu estava tão infectada por esse câncer que não conseguia imaginar vida neste processo, tampouco em minha construção científica.

Minha proposta de pesquisa inicial partia da análise de determinados mecanismos de controle do corpo, porém não ia definitivamente além. Eu compreendia que havia um problema, trabalhava **sobre** ele, argumentava **a partir** dele, porém não ia além, tampouco **através**, mas sempre **sobre** ou **a partir**. O debate acerca do genitalismo era central, porém a resposta para esse problema sociocultural, mesmo que oriunda de um contexto epistemológico Transtravestigênera, não era suficiente. Isso passou a me incomodar.

A ideia de Etnoputaria surgiu como uma resposta ao que eu estava pretendendo construir dentro das ciências sociais. Nesse momento, passei a enxergar a autoetnografia do meu corpo e da vida das Travestis enquanto a única saída para suprir minha necessidade na escrita. O título passou a ser *Eu tenho 20 litros de Silicone Industrial: uma Etnoputaria Literária Transfuturista pela queda do Genitalismo*. Ainda assim percebi que não estava debatendo **através** do genitalismo, mas sim **a partir** dele, pois mesmo que meu objetivo fosse falar sobre vivências Travestis, ele estava sendo automaticamente substituído pela queda do genitalismo. Eu estava pesquisando pela queda do genitalismo, não pela vida das Travestis.

Segui refletindo sobre minha pesquisa e o fazer Etnoputo na prática acadêmica, com o objetivo de incorporar o verdadeiro sentido da minha escrita neste trabalho. Nesse momento, o título passa a ser *Eu tenho 20 litros de Silicone Industrial: uma Autoetnografia Transfuturista pela Vida das Travestis*. Agora, apesar do genitalismo abordado, ele sai do foco e se torna parte da discursão, ou seja, diálogo **através** do genitalismo. A Vida das Travestis é o foco principal deste estudo. Pesquiso, então, sobre a Travestilidade que se mantém viva. Isso é a Etnoputaria, ou seja, o movimento de pensar o mundo para além do design de morte que ele carrega. Mesmo quando necessário, sem permitir que esse design ocupe o centro da pesquisa. Permaneço com o mesmo debate das ideias anteriores, porém agora com um posicionamento epistemológico e um posicionamento político verdadeiramente Etnoputos.

Minha Etnoputaria vive na fronteira entre autoetnografia e ficção literária, a partir da ideia de um mundo em que as subjetividades presentes na produção científica, assim como as experiências do corpo e da vida possam finalmente projetar novas maneiras de entender o universo:

A hipótese da revolução é uma contraficção, um ponto de fuga entre as ficções normativas. Para imaginar juntos o que vamos ser, precisamos de outra história política do corpo vivo e de uma narrativa diferente sobre os processos de sujeição e subjetivação animal, sexual, de gênero, classe e raça... O que proponho é desalojar a noção de sujeito político, ficção dominante da modernidade patriarcal e colonial, que supõe uma teoria da soberania, uma representação vertical do poder, um relato individualista acerca da sujeição e da autonomia, para, diante disso, começar a pensar nos diferentes processos através dos quais um corpo vivo pode transformar-se em *simbionte político* e nos agenciamentos que podem fazer com que este processo fracasse ou seja negado (Paul B. Preciado, 2023, p. 58).

Introduzo o debate acerca da ficção na escrita para anunciar que irei tratá-lo, especificamente, a partir do capítulo 2.1 — *Do veneno da tarântula extraímos Silicone Industrial: o Transfuturismo acontece de dentro para fora* —, também no capítulo 3 — *Filha das travas, obra de Deyse: o Sagrado Travesti está entre nós* —, e no 3.1 — *Do balé dos nossos corpos nasce o Transfuturismo*. Tratarei sobre o Transfuturismo e sobre Deyse, que surgem enquanto concepções utópicas, ficcionais, literárias e, de alguma maneira, poéticas, mas que imprimem possibilidades outras de compreender a realidade de corporalidades transtravestigêneres.

Deyse se apresenta como um ser, um elemento, uma pessoa, uma divindade, e uma energia que põe sob rasura e rompe a relação de subserviência com pressupostos religiosos. Deyse adentra o campo espiritual e tem como objetivo exaltar vidas travestis.

Ventura Profana, travesti brasileira, multiartista e pastora, congrega a partir da concepção de Deyse enquanto uma divindade que não carrega o peso de uma energia que observa a morte como a única maneira de alcançar a vida plena. Em sua música *Eu não vou morrer*, lançada em 2020, a artista afirma que “As velhas terão sonhos. As jovens terão visões”, profetizando vidas a partir da ancestralidade que as travestis carregam em seus corpos e em suas histórias.

Camila Sosa Villada, travesti, argentina e escritora, publicou em 2022 a obra *Sou uma tola por te querer*, um livro composto por diversos contos que constroem uma narrativa ficcional atravessada por sua trajetória e cultura. Em um dos contos, o *Seis Tetos*, a autora apresenta a figura de La Machi — uma criatura mágica travesti — que, me atrevo a dizer, pode também ser compreendida enquanto Deyse.

Neste conto, as travestis foram perseguidas, mortas e expulsas da cidade, e sujeitadas ao exílio na floresta. Camila Sosa Villada narra a experiência dessas meninas nas matas e descreve que, em determinado momento, para se camuflarem e hidratarem suas peles secas e

queimadas do sol, elas se pintam com barro, musgos e pigmentos naturais, desenhando espirais por seus corpos — neste momento cada travesti passa a ter sua própria cor.

A escritora também aborda a fome como uma constante nesse exílio, até que, em certo ponto, uma das travestis começa a colocar ovos, dos quais nascem galinhas. Essas galinhas tornam-se alimentos para o grupo, que as consome sem culpa e com o aval da mãe. Camila escreve: “E ela, que botava nome em todos que podia, sabia que não era nenhum crime comer seus próprios filhos, pois era mãe, no final das contas” (Camila Sosa Villada, 2022, p. 197).

Ainda no exílio, a irmandade era presente no convívio, que resta no trecho:

Aquí as curávamos, dávamos água para elas, abrigávamos ou refrescávamos, segundo os caprichos do clima. Àquela altura, desenvolvemos alguns hábitos. Procurávamos contar a história em toda lua cheia. A gente se juntava para isso, para contar a história desde o começo, o que vimos, o que ouvimos, o que nos fizeram na pele, as marcas das fustigações e também as marcas do amor. Pequenos clãs, ao redor do fogo, contávamos umas às outras tudo aquilo que lembrávamos e mesmo inventávamos até que nosso corpo adormecesse (Camila Sosa Villada, 2022, p. 178).

Outra parte marcante do conto é a forma como Camila narra os modos de preservação da vida, mesmo quando a morte surgia como única opção possível. Nesse universo ficcional, o processo de morrer também era coletivo. Quando uma travesti decidia partir, parte do clã se reunia com ela dentro de uma igreja e permanecia ao seu lado por três dias. Durante esse tempo, construía-se, em coletivo, a certeza da morte. Após esse ritual de escuta, cuidado e validação, a travesti, consciente, morria em paz — ou melhor, matava-se. Mas não sozinha. Ali até a morte era atravessada pela irmandade travesti.

Trago esse conto também como forma de introduzir, de maneira ficcional, a ideia de Transfuturismo — nossa forma de “hackear” o sistema. Trata-se de desafiar os sentidos tradicionais de tecnologia, compreendendo o corpo também como um instrumento tecnológico. Criamos diversas formas de subverter a lógica genitalista. No exemplo anterior, as travestis passam a reconhecer que a natureza oferece instrumentos possíveis para a sobrevivência. Até a morte passa a ser compreendida como parte da vida.

É assim que criamos instrumentos Transfuturistas, como o *packer*, a calcinha de aquecer, o uso do silicone industrial, a aqueção, o pajubá⁵, ou seja, dispositivos que desafiam o design de morte imposto pelo mundo e garantem vidas abundantes. Um exemplo potente é o próprio silicone industrial: em longo prazo, ele pode afetar rins e outros órgãos,

⁵ Descrevo melhor todos esses instrumentos no capítulo *Do balé dos nossos corpos nasce o Transfuturismo*.

causando graves complicações. Ainda assim, carregamos esse pedaço de morte nos quadris e seguimos vivas.

Esse movimento de transformar a morte em vida, e o genitalismo em Transfuturismo, também pode ser compreendido enquanto Contrassexualidade (Paul B. Preciado, 2022), ou seja, a maneira que corpos encontram para sobreviver apesar da Farmacopornografia (Paul B. Preciado, 2023), que é basicamente a atuação da indústria farmacêutica e da indústria pornográfica, transformando nossas vidas em pílulas, e nos condicionando a usá-las para alcançar o ideal de perfeição que o sistema cria e nos vende através dos veículos de informação.

Quando afirmo: “Eu tenho 20 litros de silicone industrial”, não o faço para que essa frase seja interpretada de forma literal, mas sim como uma afirmação poética e política que tem como objetivo assumir um caráter Transfuturista. Dado que o silicone industrial será uma possibilidade e reconhecido enquanto um instrumento Transfuturista que atravessa corporalidades Travestis e transfemininas. Mais do que uma simples declaração sobre o corpo, utilizo essa frase para tensionar a relação entre materialidade e resistência Travesti. Reivindicando o uso do silicone industrial como uma prática que ultrapassa a estética e se inscreve no campo da disputa política, longe de qualquer pensamento higienizante que repudia essa prática e a utiliza como arma contra nossa autonomia. Nesse movimento, respondo à pergunta: O que o corpo Transfuturista faz quando sua única alternativa é reagir para sobreviver?

Discurso sobre algo que não é possível quantificar. Falo sobre tecnologia Travesti de ponta⁶. Diálogo acerca das nossas evoluções tecnológicas, instrumentos que nos mantêm vivas e garantem melhores condições de existência. Diferentemente das nossas mortes — como é o caso dos Dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), que desempenham um papel importantíssimo no mapeamento das mortes de corporalidades Transtravestigêneres —, isso não é quantificado, e nunca foi. Porém, cabe às pessoas Transfuturistas garantir que será. Sendo assim, o caráter qualitativo desta pesquisa, para além de unicamente acadêmico, é social e político. Compreender as subjetividades que percorrem nossa população, assim como estabelecer um diálogo direto com nosso futuro, tornam-se atos de coragem e ruptura. Estar viva requer esse caráter, assim como anunciar a vida das suas.

⁶ Termo introduzido por minha irmã, Karol Estella, e que se refere ao movimento de utilizar o corpo enquanto instrumento tecnológico para hackear o sistema.

O objetivo do meu fazer Etnoputo – desta pesquisa, portanto –, é formular uma possível resposta ao Genitalismo a partir da ênfase na vida e trajetória da população Transtravestigênera. Dele, pretendo contribuir para a queda do genitalismo, tornando acadêmica a noção da escrita Etnoputa a partir da minha experiência Travesti e puta no mundo, enfatizando a ideia de Transfuturismo.

Essa pesquisa é sobre mim, pois eu estou viva e quero mostrar que as Travestis estão vivas. Ela surge da minha experiência em vida.

Meu conhecimento científico é a materialização acadêmica do futuro que desejo viver ao lado das minhas irmãs.

Esse trabalho é sobre vidas.

Vidas abundantes.

Vidas repletas do amor de Deyse.

**Cap. 2. TRAVESTI QUE CORRE COM AS ONÇAS: A CAÇA DO CORPO
ENQUANTO MOVIMENTO CONTRASSEXUAL**

Sobem nas árvores como felinas do fim do mundo.

(Camila Sosa Villada)

Toda Travesti caça. Toda Travesti é uma onça. Aprendo isso quando chego ao mundo, em 2001, e, logo após descobrirem meu pênis, gritaram-me menino. Já pensou que absurdo? Eu sequer sabia que o mundo era mundo. Eu sequer sabia viver. Mas foi nesse momento que o universo me avisou que eu precisaria descobrir rápido. Ali, o genitalismo me marcou pela primeira vez. Ele me persegue desde meu primeiro dia de mundo, assim como persegue você.

Cresci sabendo que, para ter um corpo, seria necessário caçá-lo. A caça do corpo ocorre sempre que uma identidade se vê deslocada dos ideais heterossexuais, binários e cisgêneros, e precisa ampliar sua cosmovisão para sobreviver. Essa é uma das inúmeras formas que o cissexismo utiliza para lembrar, de maneira concreta, que o preço de não se submeter à norma é muito alto (Guilherme Almeida, 2018, p. 164). Nesse sentido, a autonomia sobre nossos corpos desafia tudo que intencionalmente construíram para roubar nossa natureza.

“Cistema” é o modelo de sociedade em que tudo advém das relações heterossexistas e cisgêneras, basicamente outra nomenclatura, assim como “cissexismo”, para definir algo fundamentalmente cisgênero. Tal conceito nasce da produção de conhecimento transfeminista, e pode ser facilmente definido a partir daquilo que o filósofo Paul B. Preciado (2022) descreve como:

A tecnologia bionecropolítica heteronormativa (esse conjunto de instituições tanto lingüísticas como médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher) pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performática do sujeito como corpo sexuado (Paul B. Preciado, 2022, p. 39).

Não há cistema sem genitalismo, assim como o genitalismo falha quando não perpetua o cissexismo. O genitalismo é a base fundante do cistema, e ambos têm sua gênese no

patriarcado, sustentado pela ideia de que “a verdade do sujeito está no sexo” (Berenice Bento, 2017, p. 40). Sendo assim, é possível identificar interconexões ao perceber que não há sexo sem genitalismo, assim como não há genitalismo sem patriarcado. Eles se entrelaçam por meio de códigos bionecropolíticos criados para que a humanidade acredite em uma verdade de mundo na qual a genitália orienta o olhar.

O genital é um órgão comum a toda a espécie humana, porém apresenta diferentes formas, a depender do corpo humano e do sistema fisiológico. De acordo com Violet Baudelaire Anzin (2021), o genitalismo é um fenômeno que surge na modernidade, à medida que as categorias de pênis e vagina são criadas e os genitais passam a ser compreendidos a partir desses dois extremos, estruturando formas de classificação e diferenciação social. Segundo a autora:

As categorias pênis e vagina eram entendidas como se fossem as mesmas coisas, porém invertidas, como imagens em espelhos, logo, o que chamamos de vagina era entendida como uma versão do pênis para dentro do corpo, segundo Lacqueur, o termo “períneos” que deriva do latim e grego, geralmente traduzido para as línguas contemporâneas como equivalente para “pênis”, era utilizado nos textos de anatomia humana da época, tanto para se referir ao que chamamos de “pênis” quanto para o que chamamos de “vagina”. Naquela época, as ideias de homem e mulher eram definidas por muitas coisas, mas a presença ou ausência de uma vagina ou pênis não parecia ser tão relevante para isso (Violet Boudelaire Anzini, 2021, p. 28-29).

Essa perspectiva revela que o entendimento do corpo humano, sobretudo a partir de seus respectivos genitais, nem sempre foi binário ou dicotômico. Antes da consolidação do paradigma moderno, as ideias de pênis e vagina coexistiam de forma mais fluida, sem a carga normativa de distinção rígida imposta pela modernidade. No entanto, com o advento das mudanças sociais e científicas dos séculos XVI e XVII, que consolidaram uma visão biológica essencialista, ocorreu um processo de naturalização das diferenças genitais como marcadores de hierarquias sociais. Visão esta que perpetua a ideia de que os genitais são biocódigos e desenvolve um regime de poder regulador que age a partir da subjetividade de cada indivíduo (Paul B. Preciado, 2023). É nesse contexto que novas óticas sociais nascem, como a binariedade, o heterossexismo e o sexo biológico, todos orientados por sistemas de controle social.

Esses sistemas reforçam as ideias de 'corpo-homem' e 'corpo-mulher' (Paul B. Preciado, 2022), traduzindo essa diferenciação por um viés genitalista: 'corpo-homem-pênis-testosterona-virilidade-liderança' e 'corpo-mulher-vagina-estrogênio-sensualidade-subserviência'. Assim, a anatomia, outrora descrita com maior flexibilidade conceitual, é

instrumentalizada para sustentar regimes de poder e normatividade, vinculando corpo, gênero e comportamento a uma lógica que se apresenta como natural e biológica, mas que é profundamente histórica e social, naturalizada ao longo das gerações.

A lógica genitalista nasce à medida que essa diferenciação toma forma, e os corpos passam a ser vistos e classificados primordialmente a partir de seus respectivos 'sexos', ou seja, de seus genitais. Essa categorização não é, contudo, uma simples descrição biológica; trata-se da ótica cissexista, que associa ao sexo biológico características físicas e significados culturais, sociais e políticos. Judith Butler (2020) contribui para essa discussão ao afirmar que o sexo é um “constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo” (p. 16), ou seja, aquilo que compreendemos como sexo não é uma verdade fixa e inquestionável da biologia, mas sim uma construção histórica que se consolida por meio de práticas discursivas e performativas, entendidas pela autora como materialização do sexo.

Para Judith Butler (2020), o sexo não é um fundamento natural pré-existente sobre o qual o gênero se apoia, mas uma categoria que é, ela própria, moldada e produzida pelas normas de gênero. Dessa forma, as categorias 'masculino' e 'feminino' são reiteradas continuamente por meio de discursos médicos, legais e culturais que operam para sustentar a ideia de que os corpos humanos são naturalmente binários. Esse processo de materialização forçada ocorre por meio do que a autora nomeia de 'normas regulatórias do sexo', afirmando que tais normas:

Trabalham de forma performativa para construir a materialidade dos corpos, e mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Judith Butler, 2020, p. 16)

No caso da lógica genitalista, essa materialização ocorre ao vincular o pênis à masculinidade e ao poder, e a vagina à feminilidade e à subserviência. Logo em seguida, códigos sociais são impostos, assim como padrões e expectativas a serem seguidos, com o intuito de perpetuar as performances de mundo de acordo com o sexo atribuído. Essas associações não emergem de uma relação causal entre anatomia e comportamento, mas de uma tentativa de legitimar hierarquias sociais e desigualdades de gênero por meio de argumentos naturalizantes. Esta tentativa pode ser entendida como heterossexismo.

O heterossexismo compõe a gênese do genitalismo, assim como o patriarcado, o capitalismo e a binaridade. Para entender tal instrumento de controle do corpo, é necessário compreender o patriarcado, definido por Leonardo Nogueira (2018) da seguinte maneira:

do ponto de vista semântico a expressão “patriarcado vem das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). (...) O patriarcado é literalmente autoridade de pai”. (...) Em uma abordagem feminista significa “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens (Leonardo Nogueira, 2018, p. 35).

Dessa forma, tudo que advém daquilo que Paul B. Preciado (2022) define como 'corpo-homem'⁷ torna-se essencial para a existência humana. O sistema heterossexista origina-se junto ao patriarcado e atua na perpetuação de ideais genitalistas de mundo, isto é, da associação entre homem/masculino e o corpo com pênis, assim como entre mulher/feminina e o corpo com vagina. Nesse contexto, a heterossexualidade passa a ser entendida como a sexualidade normativa e superior em relação a outras, naturalizando o ato sexual como algo estritamente reprodutivo e possível apenas para corpos que perpetuam a interação pênis-vagina cisgênera heterossexual.

Para que uma relação seja considerada legítima no contexto heterossexista, não basta que dois indivíduos de gêneros opostos se relacionem, mas sim que se encaixem nas expectativas cisheteropatriarcais impostas pelo sistema. O heterossexismo entende o corpo a partir dos genitais, assim como o genitalismo; porém, é por meio da visão heterossexista que o genitalismo se perpetua enquanto sistema de opressão. Ou seja, o genitalismo foca unicamente na genitália como verdade de mundo, e é no momento em que o heterossexismo se funde a essa ideia que o peso cissexista é lançado sobre as genitálias, construindo normas sociais, políticas e econômicas que se adequam aos mais diversos contextos sociais e cotidianos. Com a diferenciação entre corpos que surge na modernidade, dois genitais tornam-se o centro da vida, como mencionado anteriormente, o que, segundo Violet Baudelaire Anzini (2021), é um absurdo, pois:

Há uma variabilidade muito grande de genitálias na espécie humana, a bióloga e historiadora Anne Starling-Fauston (1993) defende que no mínimo podemos pensar em até cinco genitálias para nossa espécie, mas que o grau de variações anatômicas e fisiológicas entre as características que definem o que é uma vagina e um pênis pode ser tão misturado que nem mesmo cinco genitálias seriam o suficiente para dar conta da variabilidade morfológica em nossa espécie. (Violet Baudelaire Anzini, 2021, p. 43)

Nesse momento, a ciência passa a construir o que Berenice Bento (2017) denomina “corpo-sexuado”, ou seja, um corpo esperado pelo sistema heterossexista patriarcal, cuja estrutura segue um padrão específico, no qual a aparência dos genitais assume papel central. Inicia-se, então, uma perseguição aos corpos que não se adequam a esse modelo.

⁷ Branco, hétero e cisgênero.

Neste sistema, o homem será definido a partir do pênis, acompanhado do falo, o que o obriga automaticamente a se adequar à heterossexualidade para garantir a reprodução e a continuidade desse modelo social. Com o avanço da ciência moderna, fortemente influenciada pelo patriarcado e a lógica do falo, esse “homem” passa a ser compreendido como detentor da força e do potencial de liderança, sendo, portanto, responsável pelo funcionamento da sociedade. Sua virilidade, sua testosterona e sua capacidade reprodutiva tornam-se atributos centrais para essa estrutura. Já a “mulher” é reduzida à condição de propriedade — o “outro” do homem, a “mulher de alguém”. Sua importância dentro desse sistema é diretamente vinculada à posse de uma vagina, a um sistema uterino e à capacidade de gerar novos indivíduos a partir do sêmen do “homem”. Para o heterossexismo, ela se torna um instrumento de procriação, devendo conformar-se com a noção de que seu valor social está atrelado a essa função.

Essa lógica é traduzida na música “Mulher”, composta em 2017, pela multiartista Linn da Quebrada, quando ela afirma: “Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada um, e uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher”.

Sobre a construção do corpo da mulher no sistema heterossexista, Paul B. Preciado (2022) pontua que:

Para a antropologia clássica (...) o corpo feminino é aquele que está sempre disponível para o (hetero)sexo, um corpo feito conforme os imperativos da procriação doméstica. (...) a masculinidade foi descrita em função de sua relação com os dispositivos tecnológicos, enquanto a feminilidade foi definida em função de sua disponibilidade sexual (Paul B. Preciado, 2022, p. 149).

Algo que, ainda em diálogo com o autor, porém baseado no pensamento de Andrea Dworkin, coloca essa mulher-vagina-estrogênio-sensualidade-subserviência em um lugar de suposto “bordel-reprodutivo”, ou seja, “onde seriam reduzidas ao estado de máquinas biológicas e sexuais a serviço dos homens” (Paul B. Preciado, 2022, p. 152).

Os corpos que compõem a normalidade heterossexual devem se adequar a um padrão cisgênero, heterossexual, genitalista e binário. Sobre a heterossexualidade, Paul B. Preciado (2022) afirma que: “longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais” (Paul B. Preciado, 2022, p. 38). Nesse contexto, qualquer vida que se desvie dessas normas, seja pela identidade, expressão ou corporalidade, não é reconhecida como necessária ou legítima, mas sim como

uma ameaça à ordem social. Esses corpos carregam as marcas da desobediência e, por isso, são sistematicamente marginalizados. Para Paul B. Preciado (2023), essa normalidade não é um acaso, mas sim um produto de critérios intencionalmente criados para exercer controle social sobre os corpos. O autor explica:

Os critérios de atribuição de sexo que permitem decidir se um corpo é “feminino” ou “masculino” na hora do nascimento (ou ainda dentro do útero, utilizando a ultrassonografia) dependem de um modelo de reconhecimento visual que se pretende empírico e em que os significantes (cromossomos, tamanho dos genitais etc) se apresentam como verdades científicas. (Paul B. Preciado, 2023, p. 97)

Desde o momento em que nasce, o indivíduo já recebe um sexo, e nesse momento expectativas são direcionadas em relação à maneira como esse indivíduo irá se vestir, relacionar-se, comportar-se, reproduzir, trabalhar etc. De fato, materializa-se o sexo (Judith Butler, 2020).

Paul B. Preciado (2022) aprofunda essa perspectiva ao considerar o sexo como uma tecnologia que não apenas descreve os corpos, mas também os molda, regula e disciplina. Ele afirma:

O sexo é uma tecnologia de dominação heterossexual que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgão, certas sensações com determinadas reações anatómicas. (Paul B. Preciado, 2022, p. 36).

Nesse sentido, a sexualidade e o corpo humano são disciplinados por normas culturais que delimitam o que pode ou não ser considerado “natural” ou “normal”. Essa regulação é visível em práticas contemporâneas, como os “chás revelação”. Essas festas, organizadas para anunciar o sexo de uma criança antes mesmo de seu nascimento, utilizam cores (azul para meninos e rosa para meninas) e símbolos que reforçam o binarismo de gênero. Um exemplo extremo dessa prática ocorreu no Brasil em 2022 (g1, 2024), quando, durante um “chá revelação”, a água de uma cachoeira foi tingida de azul para anunciar o sexo do bebê. Esses eventos simbolizam a imposição precoce de expectativas sociais baseadas em uma dicotomia genital. De fato, é um delírio cisgênero que não legitima a ideia de que não há como definir alguém a partir do genital. Para além da problemática e do total descuido com o meio ambiente, a partir do momento em que essa curiosidade delirante leva alguém a modificar a estrutura natural de um elemento da natureza. Há, nas ciências sociais, pesquisas relacionadas a essa temática, como por exemplo, o artigo *“Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”*:

cartografando vídeo de “chá revelação” no Youtube, lançado em 2023 e escrito por Paula Rios, Dilton Ribeiro e Felipe Carvalho.

A lógica genitalista, portanto, não se limita à imposição de uma dicotomia entre pênis e vagina, mas também se refere à construção de um sistema que regula os modos como os corpos devem ser compreendidos, vivenciados e controlados.

Como dispositivo de poder, o genitalismo opera restringindo a multiplicidade de corpos e experiências, reduzindo-os a categorias estanques e opressivas. Essa reflexão nos leva a questionar até que ponto o “sexo” é realmente uma verdade biológica que antecede o gênero, ou se ele é uma construção histórica e social continuamente produzida por normas culturais e discursos de poder que advêm do gênero.

Pensar o gênero é entendê-lo enquanto a perpetuação de ideais sociais pré-existentes, ou seja, genitalismo, heterossexismo, patriarcado e sexo, porém agora munido de símbolos, signos e significados. Conforme eu me entendi Travesti, fui tendo essa noção a partir de um corpo desconforme e subversivo, uma vez que passei a desafiar a verdade cisgênera que me foi vendida a vida toda e que me tirou a necessidade de construir o gênero, pois até então ele me fazia.

Observar o gênero a partir do corpo Travesti tem outro significado, pois é aqui que essa categoria termina e começa novamente. Meu corpo Travesti – entendido por mim, como explicarei adiante, enquanto um templo ancestral dotado de cosmologias Transfuturistas construídas a partir de tecnologias Travestis de ponta – é um corpo que nasce do desejo e do acaso, e se fortalece na busca pela liberdade e conexão com a terra e o universo. É a partir do nosso entendimento de mundo que reinventamos, intervimos, alteramos e adaptamos nossa estrutura fisiológica à nossa maneira.

Berenice Bento (2017) afirma que “o conhecimento do corpo-sexuado impõe aos/as transsexuais a tarefa de elaborar sentidos para seus conflitos, entre eles, a leitura que farão de suas genitálias” (p. 20), e o gênero pode ser – em alguns casos, especificamente quando oriundo de um contexto cissexista –, uma categoria estruturalmente genitalista, assim como o sexo, afinal, é criado a partir da materialidade dos corpos, tendo como base a diferença, na maioria das vezes, entre homem/mulher, rosa/azul, menino/menina, ou seja, marcadores que carregam referências cissexistas, heterossexista e patriarcais, referências genitalistas.

Violet Baudelaire Anzini (2021) descreve, na introdução de seu livro *A Queda do Falo*, um momento da sua vida em que precisou ser internada e, ao ser despida no hospital, a autora conta que:

É através das coisas que ela faz seu gênero, é por meio da vida social das coisas que ela performa sua identidade, e despida destas coisas, logo ela estaria desprovida de um poder, o poder das coisas (Violet Baudelaire Anzini, 2021, p. 5)

O que nos traz nova roupagem para a categoria do gênero ao entendê-lo enquanto instrumento de poder que garante conforto e segurança.

Em Judith Butler (2019) o gênero é visto enquanto “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (p. 54), e, para a autora:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (Judith Butler, 2019, p. 22).

Conforme proposto, o gênero é um conjunto de ações construídas a partir da noção de “sexo”, ou seja, o sexo, o gênero e o genitalismo percorrem caminhos semelhantes, mesmo que a partir de uma abordagem desconstruída, em que o corpo é composto por uma identidade dissidente. Porém, ainda assim, tais mecanismos estão presentes nesse processo, ao passo que essa identidade é orientada por diversos fatores sociais, de mercado e até econômicos, nos quais noções binárias de realidade se projetam a todo o momento.

O gênero é um conceito que tomou forma a partir da materialização do sexo, e, ao passar dos anos, alcançou pessoas pensadoras que atribuem a ele um caráter político. De acordo com Paul B. Preciado (2023, p. 24):

Em 1957, o pedopsiquiatra norte-americano John Money cunhou o termo “gênero”, diferenciando-o do tradicional termo “sexo”, para denominar o pertencimento de um indivíduo a um grupo de comportamento e expressão corporal culturalmente reconhecido como “masculino” ou “feminino”.

Em diálogo com a ideia de que os dois conceitos são categorias que caminham juntas, Preciado afirma que:

O sistema sexo/gênero é um sistema de bioescritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam,

outros são omitidos e outros ainda são sistematicamente eliminados ou riscados. (Paul B. Preciado, 2023, p. 37)

Fica evidente a maneira como sexo e gênero se fundem, construindo, desde o princípio, estruturas sociais a serem seguidas. Conforme toma forma, o gênero, assim como o sexo, passa a ser parte do sistema – ou melhor, um sistema do sistema. Porém, agora, diferente do que falei anteriormente ao citar Violet Baudelaire Anzini (2021), esse poder não é criado para os corpos, mas sim sobre os corpos, perpetuando cenários de violência e exclusão direcionados a categorias subversivas de compreensão de corpo, identidade e performance.

Para que haja genitalismo, heterossexismo, patriarcado, sexo e gênero é necessário haver farmacopornografia. Para Paul B. Preciado (2023, p. 30), a farmacopornografia é:

Um regime pós-industrial, global e midiático. (...) O termo refere-se aos processos de governo biomolecular (fármaco) e semiótico-técnico (pornográfico) da subjetividade sexual, dos quais a pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos.

Tal regime acompanha nosso cotidiano através das mídias sociais e dos veículos de informação ao venderem uma ideia utópica de corpo e vida baseada na perfeição, no entusiasmo e na positividade, criando “um sujeito e, em seguida, sua reprodução global” (Paul B. Preciado, 2023, p. 32). A partir disso, orienta-nos a recorrer a medicamentos, suplementos, procedimentos e tratamentos oriundos da indústria farmacopornográfica para atingir esse estilo de vida inalcançável. Segundo Paul B. Preciado (2023, p. 31), esse regime nasce conforme:

A tecnociência estabeleceu sua autoridade material transformando os conceitos de psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis, que se manifestam em substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpo, em biótipos humanos, em bens tecnológicos geridos pelas multinacionais farmacêuticas. O sucesso da indústria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em pílula, nossa AIDS em triterapia sem que seja possível saber que vem primeiro: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou a ereção, a testosterona ou a masculinidade, a pílula ou a maternidade, a triterapia ou a AIDS.

Cria-se, então, corpos farmacopornograficamente produzidos, dependentes da indústria de tal maneira que contribuem para que a farmacopornografia se retroalimente. Isso ocorre sempre que há um aumento desse consumo farmacêutico e pornográfico/semiótico, o que possibilita uma continuidade dos padrões farmacopornograficamente estabelecidos

através de instrumentos utilizados diariamente, uma vez que não há como fugir da informação e da mídia em um contexto de sociedade urbana vivenciado por boa parte da população.

O regime farmacopornográfico pode ser entendido como parte principal do capitalismo atual, ao passo que age impulsionando o consumo de tudo o que é produzido em larga escala. Afinal, “o biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, e sim ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma” (Paul B. Preciado, 2023, p. 32). Não há como falar sobre gênero, heterossexismo, genitalismo, sexo, patriarcado e farmacopornografia sem pensar no sistema econômico e político atual, em que tudo funciona para alimentar um padrão estabelecido, a fim de consolidar ideais sociais condicionados pela indústria.

Tais instrumentos de poder podem ser entendidos como frutos da biopolítica e necropolítica, que, segundo Paul B. Preciado (2023), funcionam como “farmacopornopolíticas” e agem “farmacopornopoliticamente” prometendo uma melhoria de vida, ou seja, a continuidade da existência humana, mas que, no fim das contas, criam e recriam novos modelos de corpos dependentes e viciados, despsicologizando os indivíduos até criar um mundo em que “não há corpos vivos, nem corpos mortos, mas presentes ou ausentes, presenciais ou virtuais” (Paul B. Preciado, 2023, p. 40). O “corpo vivo” é um “corpo farmacopornográfico” que detém parte do poder concebido pelo mercado, e, nesse sentido:

O poder não se localiza apenas no corpo (...) enquanto espaço tradicionalmente imaginado como pré-discursivo e natural, mas também em um conjunto de representações que o transformam em sexual e desejável. Trata-se, em todo caso, de um corpo farmacopornográfico, um sistema tecnovivo que é efeito de um mecanismo de representação e produção cultural muito difundido (Paul B. Preciado, 2023, p. 44)

E, nesse sentido, terá total possibilidade de se situar de maneira presente, virtual e/ou presencial, sem grandes dificuldades, uma vez que esse corpo está munido de todas as características definidas pelo sistema e contribui para a perpetuação financeira e semiótica desse regime. Em relação ao “corpo-morto”, ou seja, aquele que de fato encontra-se vivo e subverte as normas, é compreendido enquanto “uma entidade tecnoviva multiconectada que incorpora tecnologia (...) não estão nem-ainda-vivos ou já-mortos: somos metades fetos, metade zumbis” (Paul B. Preciado, 2023, p. 39), uma vez que não há como fugir do sistema farmacopornográfico estando nele. Porém, ainda que ocupe o lugar de “ausente” e não perpetue os ideais farmacopornográficos, utiliza, com grande dificuldade, instrumentos dispostos nesse regime para manter-se vivo e presente. Esse corpo não é o sistema, tampouco

existe para ou a partir do sistema farmacoponográfico, apenas utiliza-o uma vez que é vítima e encontra-se preso.

O movimento de subversão, nomeado por Paul B. Preciado (2022) de “Contrassexualidade”, emerge a partir de instrumentos criados e recriados constantemente por corporalidades deslocadas do ideal de sociedade patriarcal. É perigoso, nocivo e, por vezes, fatal resistir ao sistema, uma vez que sua principal função é aprisionar todos os corpos possíveis ao modelo farmacopornográfico heterossexista genitalista patriarcal, sejam eles presentes, ausentes, presenciais ou virtuais. Não importa: todo corpo passa a ser necessário para a perpetuação da ordem genitalista.

A contrassexualidade é então “o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (Paul B. Preciado, 2022, p. 32), sendo assim, é uma alternativa que desafia a naturalização dos corpos e dos dispositivos sexuais impostos pelo sistema heteronormativo, propondo a rejeição da matriz biopolítica que fixa identidades e funções baseadas no genitalismo. É possível também entender a contrassexualidade enquanto uma nova possibilidade de sociedade em que os dispositivos farmacopornográficos tornam-se algo a ser combatido e logo caem em desuso, uma vez que:

Os corpos se reconhecem a si mesmo e aos outros corpos não como homens ou mulheres, mas como corpos vivos; reconhecem em si mesmo a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes. (Paul B. Preciado, 2022, p. 33)

E, dessa maneira, um novo contrato de mundo é disposto, trazendo de volta a possibilidade de existência e presença arrancada pelo patriarcado na tentativa falha de perpetuar a dinâmica genitalista comum que agora não existe mais. E não existe mais uma vez que o objetivo da contrassexualidade é entender que:

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e são usados com propriedade, de acordo com a sua “natureza” (relações heterossexuais). (Paul B. Preciado, 2022, p. 42)

Sendo assim, é instaurada agora uma liberdade genital que detona a sexualização do corpo enquanto verdade biológica condicionada pela ciência, garantindo que, antes de haver a

sexualização de um corpo, haja uma consciência de quem se é, e não do que se é, retirando rótulos farmacopornográficos que tentam nos transformar em meros produtos.

Agora, tomamos o controle do corpo. O nosso corpo é a nossa presa e na caça por ele, nós, as transfuturistas contrassexuais, ou melhor, “as felinas do fim do mundo” (Camila Sosa Villada, 2022, p. 194), saímos fartas e extremamente alimentadas. É preciso ser onça.

Meu corpo não é o meu fim, ele é apenas o começo. É na travestilidade que me percorre que mora o mistério mais profundo do universo. Eu, em espírito e consciência, pari meu corpo. Eu choquei meu ovo. Nós, as travestis, nascemos destinadas a ser através umas das outras, esse é nosso parto e é por isso que somos tantas. A travestilidade é um movimento sagrado de resgate do corpo.

2.1. Do veneno da tarântula extraímos silicone industrial: o Transfuturismo acontece de dentro para fora

Enquanto a farmacopornografia (Paul B. Preciado, 2023) atua afastando a natureza e transformando a realidade sintética em verdade absoluta, a contrassexualidade, nomeada por mim de Transfuturismo, faz-se através do movimento de aceitar e entender a sua origem orgânica, ou seja, sua arqueologia (Violet Boudelaire Anzini, 202), e a partir daí adequar a sua verdade no corpo.

O Transfuturismo quebra o conceito de existência fundamentalmente cissexista.

Nós, as travesti e demais corporalidades transgêneras, seguimos vivas, somos parte do universo, pois dele é tudo que está vivo. Nossas intervenções hormonais, cirúrgicas e sociais não são recusa do corpo, mas sim tecnologia Travesti de ponta que nos permite entender, de maneira eficaz, nossas vidas.

Em Ian Guimarães Habib (2021), encontrei a seguinte definição: “transfuturismo é criar futuros trans. Transfuturismo é o processo de transgenerização da vida a partir da biologia especulativa” (p. 240). Dialogo com esse trecho e vou além. É verdade que o Transfuturismo permite romper com a lógica cissexista e transcrever o corpo a partir de ideais transtravestigêneres. Recorrendo ao meu corpo travesti: quando transiciono, ou seja,

longe de unicamente me valer de hormônios e intervenções cirúrgicas, resgato e constituo a minha autonomia e verdade.

Ao transicionar, entendemos que para existir é necessário acolher nossa ficção, e a partir daí realizar os movimentos necessários para aprimorá-la constantemente.

A transição não é um estágio inicial ou final, é um estilo de vida contínuo durante toda existência Transtravestigênera. Arrisco falar: todo ser que vive, transiciona. Transicionar é evoluir e entender o corpo enquanto aliado, permitindo a realização de adaptações necessárias para uma melhor qualidade de vida. Essa é a arte de se reinventar, aceitar-se enquanto seu próprio objeto de estudo, e estar sempre apta a novas descobertas, nem sempre boas, tampouco ruins, mas únicas! É transicionando que entendemos e elaboramos a nossa verdade, e sobre isso trago um trecho desenvolvido por Luisa Marilac em sua biografia “Eu, Travesti”, publicada em 2019, em que a autora afirma que:

O corpo é a peça de arte da Travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino. É um processo de digestão a gente pega a mulher que nos é dada pela sociedade, a interioriza, elabora, dá cara própria – enfim, digere – e a exterioriza de novo, modelando-a no próprio corpo (Luísa Marilac e Nana Queiroz, 2019, p. 71).

O Transfuturismo representa a possibilidade de imprimir a autonomia no corpo e entendê-lo enquanto ferramenta de poder retroalimentada da queda do genitalismo. Para entendê-lo é necessário romper com o discurso de que nós, pessoas Transtravestigêneras, queremos parecer com pessoas cisgêneras.

Para corpos Transfuturistas a tecnologia é o ato de inventar possibilidades de existência que respeitem o universo e abracem a liberdade, ou seja: criar instrumentos tecnológicos que aumentem nossa capacidade de continuar vivas. Estando vivas, disseminamos nosso conhecimento por vias orais e virtuais, garantindo que as próximas gerações continuem vivas e evoluindo.

O Transfuturismo nasce nas margens, desenvolve-se apesar das ruínas, obstáculos e rupturas, e se faz vivo em todo corpo que existe e rompe a lógica genitalista. O Transfuturismo surge nas casas de bombadeiras, em um quarto repleto de corporalidades transmasculinas injetando testosterona, na fabricação do binder e packer, no atelier das costureiras que criam as calcinhas de aquendar, e nas esquinas de prostituição, pois não há mais perigo nas esquinas, e sim tecnologia Travesti de ponta!

Almejando um melhor aproveitamento e uma melhor compreensão sobre o que é o Transfuturismo, trago, no próximo capítulo, duas concepções transfuturista relevantes: o Sagrado Travesti e o transfeminismo. O Sagrado Travesti será abordado de maneira ficcional e opto por isso em razão das potencialidades da ficção que me permite explorar outros mundos possíveis, e imagináveis a partir de outras chaves intelectivas, como, por exemplo, a chave da existência de uma divindade chamada Deyse. Já o transfeminismo será debatido a partir de teorias transfeministas desenvolvidas por pensadoras transfeministas, e, em específico, por Maria Clara Araújo dos Passos (2022) e Jaqueline Gomes de Jesus (2016).

Cap. 3. FILHA DAS TRAVAS, OBRA DE DEYSE⁸: O SAGRADO TRAVESTI ESTÁ ENTRE NÓS

Deixávamos restos de nós mesmas em tudo o que roçávamos. Como uma maldição travesti.

(Camila Sosa Villada)

No começo tudo era Deyse, e do seu ventre fértil nasceu o Universo. No 6º dia, após a criação do universo e de todos os elementos necessários para haver vida, Deyse criou as Travestis. No 7º dia, ela fumou sua boa Liamba e descansou.

Deyse é a puta que pariu as travestis.

Deyse nos ensina a encontrar o nosso céu, entender que ele está dentro. Em nosso céu não há espaço para o genitalismo, pois é aqui que os genitais voltam a ocupar o lugar de unicamente “órgãos”. As identidades de gênero e especificidades biopsíquicas – trans e cis – tornam-se desnecessárias. As pessoas intersexo vivem tranquilas e não há mais chances de serem submetidas à castração. O céu não está acima de nós, está dentro de mim e de todas as pessoas que contribuem para a construção de um mundo que abrace todas as corporalidades e permita que as pessoas Transtravestigêneres sigam humanizadas. Aqui o medo não faz mais parte do nosso vocabulário. Não há mais deus e senhor, tampouco pátria amada, marido ou patrão⁹. Não servimos a ninguém além de nós mesmas e essa passa a ser nossa verdade absoluta. Temos Deyse, construímos nossa tráttria e vivemos em paz com o universo. Cultuamos a lua e o sol, pois isso nos aproxima de Deyse. Acreditamos em plantas, folhas, rochas, cristais e animais. Somos onças, serpentes e todos os seres vivos. Transformamo-nos em noite, passamos a ser as esquinas e aprendemos que elas são “espaços de tomada de consciência política e coletiva” (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022, p. 59).

Não há caminho para acessar a espiritualidade Travesti de Deyse, ela vem até você a partir do momento em que você passa a crer na vida e respeitar o universo, assim como a todas as pessoas sem que haja a necessidade de recorrer ao design de morte e exclusão que o

⁸ Parafrazeando um dos trecho de música “*Quem sou eu*” de Linn da Quebrada, lançada em 2020.

⁹ Linn da Quebrada – Mulher, 2016.

colonialismo nos impõe. Nesse momento sua vida é transformada e sua realidade torna-se tão pura, natural e feliz quanto a de uma travesti viva. Já conheceu uma travesti viva? Pois então, ela é a materialização da espiritualidade travesti de Deyse!

Nosso sagrado é para todo ser que vive, pois se vive está condicionado à liberdade, e é pela liberdade que lutamos. A liberdade é o único caminho para uma vida plena.

As Travestis são fonte de vida, e trilham a liberdade através da transformação de vales secos em aldeias abundantes, repletas de hormônio e silicone:

Ora, pois, quando fomos amarradas e lançadas na fornalha, em sua mais alta temperatura, por não nos dobrarmos diante do trono de nenhum senhor, foi que Deyse se revelou a nós. Nascemos em majedouras e depois de crucificadas, ressuscitamos! (...) Juntas em unção, fizemos da cruz a encruzilhada. Nos levantamos do vale de ossos secos, transformamos pranto em festa, nossos cus em catedrais. (...) Arrebatamos das mãos do senhor as chaves de nossas cadeias. (...) Dancemos engenhosas e aprendamos a voar para respirarmos submersas em águas vivas superabundantes. (Ventura Profana – Eu Não Vou Morrer, 2020).

Em um mundo construído a partir de ideais coloniais e que nos leva a ter uma língua projetada a partir do colonialismo, criamos o pajubá¹⁰. Como quebra do processo colonial, nós que acreditamos em Deyse, não existimos a partir da subserviência, não temos um senhor, somos donas e responsáveis pelo nosso corpo e mente. Entendemos que somos parte do nosso sagrado, pois somos nós que contribuimos para sua permanência e manutenção.

A intimidade com Deyse surge quando construímos uma relação de intimidade com a criação, ou seja, com o universo e tudo que dele surgiu e nele permanece. Sendo o nosso corpo parte do universo, estabelecer uma relação de intimidade e autocuidado é aproximar-se de Deyse.

Deyse é a natureza, é o culto à terra que se manifesta poderosamente a partir de sua criação.

Deyse é a manifestação mais plena da vida.

Deyse é a ventania.

Deyse é o balé e a dança das águas.

Deyse são os mananciais de águas vivas, os rios.

¹⁰ Irei explicar esse conceito ainda nesse capítulo, porém é uma maneira que nós, as Travesti, com influencia do idioma ioruba, criamos nossa própria linguagem e hoje ela é nosso instrumento de acolhimento e resistência.

Deyse é o rio Capibaribe.

Deyse é o rio Amazonas. Ela se manifesta nesse curso. Ela é o próprio fluir do rio. Ela é o próprio fluir da vida.

Deyse é o lembrete de que o patriarcado é um modelo desequilibrado de sociedade, e dessa maneira, quebra a lógica do rebanho que segue para abate, anunciando liberdade, e contribui para uma vida plena em terra, sem que haja promessa de um céu que só é acessado a partir do sofrimento, anunciando que o céu está dentro.¹¹

A irmandade é a base da espiritualidade Travesti, um movimento Transfuturista que nos aproxima do amor. Foi com minhas irmãs Travestis que aprendi o real significado da palavra “irmã”. Hoje entendo que toda travesti é minha irmã. A irmandade Travesti é a cura e “se nós enxergamos a cura, é porque dos nossos olhos foram arrancadas todas as capas que mascaravam o mundo” (Jota Mombaça, 2021, p. 115). Toda Travesti nasce e ganha uma irmã, mesmo que não a conheça, pois é vendo as outras que entendemos quem somos ou podemos ser. A irmandade é a nossa ótica e é ela que nos mantém vivas. Convivendo com outras Travestis, descobri o que é o mundo e qual é a melhor maneira de viver nele. É recorrente o cenário em que Travestis constroem família a partir da relação com outras Travestis. Por isso estamos sempre juntas.

Quando falei sobre minha pesquisa para uma amiga, a Mathu, ela me contou que havia, junto com outras 9 Travestis, criado os Dez Travamentos. Gostaria de compartilhá-los aqui com o intuito de afirmar que estamos sentindo muito entre e a partir das nossas:

- 1) Nunca perder a ternura; 2) Sempre pontencialize outras Travestis; 3) Faça o corre antes do rolê; 4) Acredite cegamente; 5) Nunca esquecerás o Lip Combo; 6) Cuidará de si como cuidaria da outra; 7) Lembrarás que tudo é fake; 8) Respeita teu corpo; 9) Busque o envelhecer; 10) Tua mente guia.¹²

Pensar na irmandade Travesti me lembra de cuidado, permanência e conhecimento. Recordo perfeitamente da minha primeira experiência enquanto educadora socioemocional em sala de aula, e nesse momento estava trabalhando em uma equipe que contava com mais 4 pessoas, dentre elas uma Travesti em início de transição, assim como eu. O período de

¹¹ Tive o acesso a essas compreensões a partir da obra da Ventura Profana – com já citei anteriormente, porém minha mente expandiu nesse sentido quando acompanhei a entrevista da pastora para o “Podcast Toda Gente” que pode ser acessado através do link < <https://www.youtube.com/watch?v=K9pLqLCXAKM>>.

¹² Muito Obrigada Ewa Niara, Souma Lima, Amanda Almeida, Princesa Trindade, Gabrielle Pierrot, Chate Mourão, Ella Mostra, Alexa França, Mathu Capristano, Allana Maria! Vocês me aproximam de Deyse e eu as sinto!

atividade em sala de aula se tornou melhor a partir de nossas trocas cotidianas que nos possibilitaram construir um lugar saudável de intimidade para compartilhar e acolher nossas dores. Um dia, antes de irmos almoçar, e no fim de mais uma aula, havia algumas pessoas na sala, inclusive nós duas, e no momento em que fui chamar minha parceira de atividades, falei: “vamos, Travesti!”, afinal, isso é normal para mim. Rapidamente as alunas me repreenderam e afirmaram que aquilo era algum ruim de falar para alguém, e logo nesse momento decidimos intervir, tomar o controle da situação, reverter o erro e até utilizar a próxima aula para tornar compreensível a ideia de que Travesti não é sinônimo de algo ruim, uma vez que essa noção pode até ser óbvia para muitas pessoas, mas naquele momento não era tão óbvia assim.

O cenário anterior funciona também como um lembrete de que nós, as Travestis e corporalidades Transtravestigêneres, temos muito o que ensinar e estamos ensinando. Para que nosso conhecimento chegue até os inúmeros lugares é necessário adentrar o campo educacional, e por mais que isso pareça algo simples, para nós é um verdadeiro desafio. Sendo o Brasil um país comprometido com o genocídio da população Transtravestigêneres (Jota Mombaça, 2021), somos condicionadas e obrigadas a ocupar as margens. Esse movimento pode ocorrer de maneira explícita ou velada, e um exemplo prático disso é quando nós que construímos o campo educacional nacional, sobretudo enquanto educadoras, adentramos as escolas e salas de aula, olhamos para um lado e para outro na tentativa de encontrar outras pessoas transsexuais naquele espaço, e não obtemos sucesso algum. O mesmo acontece quando aplicamos essa ótica nas universidades.

Disputar espaço dói, machuca e por vezes faz sangrar. As políticas Nacionais que estruturam a educação seguem sendo criadas, aprovadas e condicionadas a partir de *monólogos cisgêneros*¹³, e nesses não há espaço para corporalidades que fogem à norma. Estar na educação requer coragem, e a nossa permanência simboliza libertação coletiva (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022).

¹³ Termo cunhado por Maria Clara Araújo dos Passos em sua obra *Pedagogia das Travestilidades*, lançada em 2022.

3.1. Do balé dos nossos corpos nasce o Transfuturismo

Os instrumentos educacionais não habitam unicamente as escolas e universidades. Nós, Travestis, aprendemos desde cedo que as esquinas têm muito a nos ensinar. Para muitas, a esquina é um lugar seguro e possível para obtenção de renda. E quero enfatizar que não digo isso para ressuscitar o discurso que enxerga a prostituição como algo ruim, desprezível e digno de pena. Muito pelo contrário: afirmo que é na prostituição que as Travestis são humanizadas, cobiçadas, tornam-se autônomas, têm seus nomes e pronomes respeitados, criam laços e conquistam a estrutura necessária para romper com a violência que sofriam dentro de suas próprias casas. A prostituição surge como um dos templos de Deyse, e é nela que encontramos refúgio quando ninguém mais olha por nós.

Obviamente, essa não é a realidade de todas as meninas que se prostituem. Afinal, como qualquer outro mercado, a prostituição também é cercada de perigos e, em muitos casos, representa um destino imposto. Para essas situações, afirmo que políticas públicas são urgentes: é preciso garantir a segurança de quem atua nesse espaço e torná-lo, cada vez mais, uma possibilidade, não uma obrigação.

Cito a prostituição neste capítulo porque é nela que subvertemos a lógica heterossexista. Nós, corpos não cisgêneros, desmantelamos a farsa do desejo normativo: provamos que aquilo que eles chamam de “verdade do prazer” se desfaz no instante em que, numa cama de motel, o mais árido conservador encosta a boca na neca¹⁴ de uma boneca e se contorce inteiro quando tem seu edí¹⁵ cutucado. Provamos, assim, que o corpo que ele quer ver morto é, na verdade, sua principal fonte de tesão. E não falo isso da boca pra fora. Afinal, basta olhar os índices recentes acerca do consumo de conteúdos sexuais envolvendo corporalidades trans e compará-los com a realidade de que, segundo uma reportagem da *Agência Brasil* (2025), o Brasil ocupa o 17º lugar no ranking mundial de países responsáveis pelas mortes de corporalidades Transtravestigêneres. A verdade é que a Travesti prostituta é o alicerce da ordem nacional, pois, sem nossas habilidades, não há prazer.

A coletividade Travesti nasce na prostituição. Aprendemos o que significa “ser coletiva”, fazendo aqué¹⁶ e batendo portas¹⁷. E esse aprendizado desaguou em formas de

¹⁴ Em Pajubá, Pênis.

¹⁵ Em Pajubá: Ânus.

¹⁶ Em Pajubá: Dinheiro.

resistências que surgiram como respostas às repressões direcionadas à população Travesti, sobretudo às que trabalhavam na pista – principalmente no período da Operação Tarântula em que éramos perseguidas e mortas enquanto trabalhávamos¹⁸.

Para reagir a esse momento, surgiu o Movimento das Mulheres Transsexuais, encabeçado por Jovanna Baby¹⁹, que nem era trabalhadora sexual na época, mas, através do incentivo e da manifestação dessas mulheres, enxergou a possibilidade de organizar o movimento. Inicialmente a partir da Associação Damas da Noite, que contava com figuras importantes do mercado da prostituição. A partir desse envolvimento, Jovanna passou a conhecer a fundo a realidade das meninas que trabalhavam como prostitutas, criando iniciativas de cuidado e atenção à saúde, com ênfase na saúde sexual. Nesse processo, outras Travestis que acompanhavam seu trabalho passaram a se reconhecer enquanto cidadãs, afirmar sua existência e tomar consciência de seus direitos, contando também com assistência jurídica. (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022)

Em *Pedagogia das Travestilidades* (2022), Maria Clara Araújo dos Passos evidencia a trajetória de luta do Movimento de Mulheres Transsexuais. A autora aponta a aproximação de outras Travestis nesse período de tomada de consciência política das Travestis, são elas: Beatriz Senegal, Claudia Pierre France, Elza Lobão, Josy Silva e Monique Du Bavieur. O resultado dessa aproximação foi a fundação, em 15 de maio de 1992, da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Sobre esse momento, gostaria de destacar o trecho no qual a autora argumenta que:

A criação da Astral marca o campo em que a política é exercida e que uma cidadania crítico-reflexiva é afirmada, com o aparecimento de novas sujeitas sociopolíticas para a construção democrática no Brasil. Os autorreconhecimentos que culminam na formação da Astral fazem parte de um período histórico em que novas identidades foram forjadas e politizadas nos movimentos sociais brasileiros (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022, p. 63).

Nesse momento, outras Travestis se somam ao movimento, que ganha uma nova roupagem com os encontros nacionais, tornando-se “um espaço de construção democrática” (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022, p. 67) e adquirindo um caráter institucional. Esse fortalecimento ocorre na década de 90, período em que o HIV e a Aids eram pautas urgentes,

¹⁷ Em Pajubá: Conseguir cliente/fazer um programa.

¹⁸ Para mais informações: ler *Os tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização*, de Céu Cavalcanti, Roberta Brasilio Barbora e Pedro Paulo Gastalho, publicado em 2018.

¹⁹ Autora da obra *Bajubá Odara* (2021); idealizadora, fundadora e organizadora da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA).

e as Travestis — sobretudo as prostitutas — eram classificadas como “grupo de risco”. Esse estado de emergência obrigou o movimento a adotar uma posição severa em relação à prevenção e ao tratamento. Em 1995, o encontro da Astral passou a se chamar Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), alcançando outro patamar dentro do território nacional ao conquistar financiamento governamental.

Outra personagem importante que emerge nesse contexto é Brenda Lee, Travesti pernambucana e ativista cuja trajetória foi marcada pelo acolhimento da população soropositiva em um período de grandes índices de morte, falta de cuidado adequado, escassez de informações sobre prevenção e um preconceito latente que afastava essas pessoas do convívio social. Sua militância se consolidou em São Paulo, onde a ativista comprou uma casa para oferecer acolhimento e assistência não apenas à população soropositiva, mas também às Travestis e homossexuais em situação de rua. O local ficou conhecido como “Palácio das Princesas” e ainda hoje é símbolo de resistência e luta, sendo a primeira casa de apoio para pessoas soropositivas do país; e inclusive tornou-se tema do musical “Brenda Lee e o Palácio das Princesas”, que narra a história de vida da ativista e conta com um elenco majoritariamente composto por pessoas Transtravestigêneres.

Figura 1: Brenda Lee.



Fonte: Equipe de produção do espetáculo “Brenda Lee e o Palácio das Princesas”, ano de publicação desconhecido.

Luana Muniz, Travesti carioca, prostituta, ativista e multiartista, mudou o rumo da história das Travestis prostitutas do Rio de Janeiro, influenciando os movimentos pela dignidade de trabalho às profissionais do sexo em todo o Brasil. Conhecida como “Pomba

Gira da Lapa” ou “Rainha da Lapa”, construiu seu legado em um casarão localizado no bairro da Lapa. O Casarão de Luana Muniz ainda hoje é lugar de refúgio para pessoas ALGBTTIAP+ de todo o Brasil que necessitam de acolhimento para fugir da severa realidade das ruas. Durante sua passagem em terra lutou para fazer jus ao seu bordão “Travesti não é Bagunça” através de sua atuação política em prol das meninas que se prostituíam, afirmando sempre que a prostituição não deve ser um lugar de revolta e subalternidade – afinal é uma profissão tão legítima quanto qualquer outra –, mas que é necessário haver uma atuação governamental para garantir que, assim como outros cargos, ela seja uma opção, não uma compulsoriedade. Ainda hoje sua luta segue lembrada por vários movimentos sociais e produções cinematográficas, como, por exemplo, o documentário *Luana Muniz, Filha da Lua* lançado em 2021 e dirigido por Rian Córdova e Leonardo Menezes, que narra a trajetória de luta e construção de seu legado; assim como o documentário *Rainha da Lapa*, lançado em 2022, que nos aproxima da trajetória do Casarão de Luana Muniz através das histórias que a própria, em vida, e todas as meninas do casarão contam durante o filme, que inclusive resgata a reportagem do programa *Profissão Repórter*, lançada em 2010, responsável por nacionalizar através das telas, a história de Luana Muniz.

Figura 2: Luana Muniz.



Fonte: Alessandra de Paula, ano de publicação desconhecido.

Esse processo de resgate histórico realizado por nós, pesquisadoras Travestis, carrega um significado ancestral e sagrado. É um lembrete de que tudo que construímos segue vivo e

compõe nossa história atual. Esse movimento também surge como um lembrete de que tudo que entendemos enquanto trajetória de luta surgiu através de nossas movimentações coletivas, umas pelas outras.

O pensamento coletivo das Travestis foi de suma importância para que, ao estabelecer diálogos mais concretos com o Estado, fosse possível construir um posicionamento de controle que nos tirou do lugar de moeda de troca por parte de grupos nem um pouco preocupado com o movimento das Travestis e mulheres transsexuais. A partir disso, o movimento ganha uma nova roupagem no campo político com o surgimento da Rede Nacional de Travesti e Liberados (RENTRAL) que logo após uma série de encontros e articulações políticas concretas, tornou-se a Associação Nacional de Travesti e Transsexuais (ANTRA) (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022).

Nesse contexto de desenvolvimento político do movimento, alcançamos o parlamento e isso nos proporcionou maior influência nacional. A internet foi e é um grande divisor de águas na construção política do movimento. Maria Clara Araújo dos Passos (2022) entende esse momento enquanto a 3ª onda do movimento e é a partir desse período, por volta de 2010, que extrapolamos a bolha social e virtual. Surge, então, o Transfeminismo, com a premissa de unir nossas reivindicações de maneira a entender melhor os contextos geográficos existentes, levar nossa trajetória de luta para a academia, e ampliar os horizontes teóricos do movimento.

Em *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (2014), Jaqueline Gomes de Jesus reúne um conjunto de intelectuais para formular reflexões acerca do transfeminismo. Dentre os capítulos, destaco o primeiro: “Interloquções teóricas do pensamento transfeminista”, escrito pela própria autora, que introduz a discussão afirmando a existência de dois tipos de teorias: aquelas criadas de maneira leve, que mais levantam dúvidas do que afirmam certezas; e aquelas que, sem pudor algum, posicionaram-se com firmeza, dispensando entrelinhas. Para Jaqueline, o transfeminismo se enquadra nesse segundo tipo — uma teoria repleta de convicção, que, na maioria das vezes, agrada apenas àquelas que convivem com essa realidade no dia a dia.

O transfeminismo pode ser compreendido enquanto uma maneira de pensar o feminismo e tem como objetivo ressignificar o corpo sem recorrer a amarras biológicas, ou seja, propõe a quebra do binarismo ao tornar pública a noção de que sujeitas, sujeitos e sujeitos Transtravestigêneres também contribuem para a ampliação de direitos e queda do sistema patriarcal.

A quebra de vínculo com o pensamento biologizante não se dá apenas pelo fato de que agora iremos afirmar que existem homens que possuem vagina ou mulheres que possuem pênis, mas sim ao formular críticas acerca de:

Uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas, homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”, e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (Jaqueline Gomes de Jesus & Co, 2014, p. 05).

O transfeminismo é para todas as pessoas que prezam pela liberdade do corpo escrita no convívio social. Pensar a ampliação, o resgate e a retomada dos direitos das pessoas trans também é pensar a ampliação do campo social que discute sexualidade, empregabilidade, saúde, segurança e afins, para todas as corporalidades subalternizadas. Sendo assim “o transfeminismo não é nada sozinho” (Jaqueline Gomes de Jesus & Co, 2014, p. 06) e se faz na coletividade, munida de significados estrategicamente políticos e sociais, onde encontramos as brechas para reivindicar nossas vidas em sociedade, uma vez que:

O transfeminismo protesta contra quaisquer hierarquizações de opressões, quaisquer delas (herança de sua relação teórica com o feminismo negro), mas principalmente das que subalternizam trans e cis (pessoas não-trans), que erigem cis acima de trans (Jaqueline Gomes de Jesus & Co, 2014, p. 10).

Compreendendo que o fazer político não se dá de maneira individual e que o corpo é a peça principal para alcançar a liberdade, o transfeminismo torna-se Transfuturista. O Transfuturismo é ato de entender o corpo enquanto instrumento de rackeamento, ou seja, o corpo que antecede a norma e faz com que a norma seja o corpo do jeito que é e longe das amarras coloniais.

No que tange ao Transfuturismo: as corporalidades trans possuem total propriedade. Dentre nossos instrumentos Transfuturistas de ruptura, e para além dos que citei anteriormente, mencionarei agora alguns outros, sendo eles: Pajubá, Amor, *Binder*, *Packer*, Aquendação, Calcinha de Aquendar e Silicone Industrial. Todos estes foram criados ou reinventados por nós, corporalidades Transtravestigêneres, para proporcionar uma melhor qualidade de vida e experiência social.

O amor sempre é muito subjetivo, um dos sentimentos mais complexos e prazerosos que já vivenciei. Descrevo o amor a partir de um lugar muito íntimo e sagrado. Amor é sinônimo de liberdade. Um corpo preso não ama de verdade, ama por obrigação ou

determinação, e isso não é amor. Deyse, quando nos toca, ensina que o amor está dentro e só é percebido por fora, quando acolhido de dentro.

Pensar o amor a partir do lugar de corporalidade subalternizada por vezes é um movimento quase impossível, uma vez que o acesso ao campo da afetividade nos é apresentado como algo distante. Entendi o que era amor de fato quando conheci minha pessoa da vida, a Mar Domingos, ou “Mar de Domingo” – amor da minha vida, Travesti, QA, Mestranda pela UFBA, licenciada em química pela UFRPE e filha de Obá. Construimos nossas vidas, ambas tivemos nossa travestilidade roubada, e foi dentro do nosso afeto que encontramos o nosso sagrado, resgatamos nossa liberdade e transicionamos juntas até hoje, completando 08 anos de trajetória em vida.

O amor também está no desenvolvimento Etnográfico da dissertação de mestrado “*No Corre com as Dindas: Ativismos, Direitos e a Produção dos Presos LGBT em Pernambuco*” de Maria Luísa Viana – minha irmã, Travesti, mestra pela UFPE, licenciada em ciências sociais pela UEMA, antropóloga, pesquisadora, escritora, professora da rede estadual de Pernambuco e, assim como eu, descansa como Deyse descansou. Em sua pesquisa, foi ao complexo do Curado, presídio localizado na região metropolitana do Recife, em Pernambuco, onde teve contato com a ala em que ficavam as Travestis. Dentre as detentas, havia o grupo das “Dindas”, ou seja, meninas que enfrentavam a realidade de precariedades – e, inclusive, de escassez de medicamentos – nos presídios. Para entrar em contato com as meninas, foi orientada a utilizar jaleco, luvas e máscaras. Entendendo o que acontecia nesse momento e presenciando a realidade de marginalização extrema que as meninas vivenciam, decidiu abrir mão do uso dos “EPIs” e passou a tratá-las como humanas, assim como deve ser. Ouvindo esse relato senti a presença de Deyse! É assim que o amor é construindo, amando as outras como imagem e semelhança de Deyse. E Deyse sou eu, e somos todas nós, as Travestis.

Amar é movimento Transfuturista de libertação. Transcentrando²⁰ aprendo que nós, corporalidades transtravestigêneres, somos possibilidades de afetos umas das outras. Para além do amor afetivo, sexual e romântico, amamos de maneira sagrada e nos tornamos Deusas. E nesse momento o amor passa a ser instrumento, pois é algo que construimos. O amor é construído quando duas Travestis se amam e assumem um namoro; também é construído quando minha mãe, Sheila Viviane, me deixa fugir da minha família biológica e me abrigar em sua casa, para então me ensinar que meu lugar é onde eu sou amada e que perto dela terei

²⁰ Transcentrar é amar outra pessoa transtravestigênera sendo uma pessoa Transtravestigênera.

amor infinito para sempre; é amor quando uma Travesti e um homem trans decidem gerar juntos uma nova vida; é amor quando uma Travesti rompe com a realidade de sofrimento e exclusão, vai ao mundo e constrói uma nova vida repleta de amor e energias boas; o amor também está presente na criança que sai do ventre de um homem trans ou de um corpo transmasculino, rompendo as normas biológicas ao grita para o patriarcado que nós, pessoas Transtravestigêneres, escrevemos o mundo a nossa maneira. Tudo sobre amor significa corpo e liberdade.

Estar em sociedade e ser uma corporalidade que diverge da norma cissexista é ter seu corpo questionado, confrontado e julgado o tempo inteiro. Nas corporalidades transmasculinas, procuram pouca ou nenhuma formação de tecido mamário no tórax, algum tecido acumulado no meio das pernas, voz grossa, pelos no rosto e no resto do corpo, uma estatura que passe de 1,70m, e diversos outros símbolos farmacopornográficos que validem a masculinidade no corpo; já no caso das transfeminilidades, procuram uma significativa formação de tecido mamário na região do tórax, nenhum acúmulo de tecido no meio das pernas, cabelos longos, pele aveludada, voz fina, maquiagem, unhas pintas, e diversos outros símbolos farmacopornográficos que deem a entender que aquele corpo é feminino. Confrontando essa realidade e descobrindo como sobreviver apesar do genitalismo, nós, pessoas transtravestigêneres, desenvolvemos métodos de interação social e intervenção fisiológica com o objetivo de adaptar melhor no corpo a ficção que criamos. Ainda assim somos alvos de críticas ao passo que a cisgeneridade entende sua intervenção enquanto cirurgias plásticas, e nossas modificações físicas e sociais enquanto mutilações. Contraditório, não acha?

Trato agora dos instrumentos desenvolvidos por corporalidades transmasculinas e que carregam um saber ancestral sagrado de conexão entre corpo, sociedade, realidade e natureza. Compreendo que não possuo total propriedade para descrever tais instrumentos de maneira detalhada, mas arrisco utilizar minha escrita Etnoputa e Travesti para aterrar no contexto acadêmico as contribuições de pessoas transmasculinas para o Transfuturismo:

O *Binder* é uma técnica criada para diminuir visualmente o volume das mamas, permitindo a construção de um tórax menos volumoso, sobretudo quando acompanhado do uso de camisas ou casacos. Este instrumento é basicamente um tecido de elástico super resistente e com uma compressão maior, possuindo costura e atacadores bem reforçados. Normalmente é comercializado por empresas formadas 100% por pessoas transmasculinas.

No momento da compra do *Binder*, o ideal é procurar um tamanho menor que suas medidas e encaixar todo o tecido mamário na parte interna do *Binder* até obter o resultado desejado. O uso em longo prazo pode acarretar dificuldade na respiração, problemas pulmonares e, dependendo do fluxo de uso e higiene no local, feridas na região do tórax e deformação acompanhada de flacidez na mama. Exatamente por esse motivo, a mastectomia é defendida enquanto uma cirurgia de saúde e urgência, não apenas estética.

O projeto “Quem Bindera”, encabeçado por Nick Thomás, pessoa transmasculina não-binária, em parceria com a loja Transtore, surge em 2019 e tem como objetivo realizar a captação de doadores de *Binder* e redirecioná-los para outras pessoas transmasculinas que necessitam e não possuem acesso facilitado. De acordo com dados obtidos através de uma entrevista realizada pelo Quilombo Cibernético²¹, o projeto já havia realizado a doação de 400 *Binder* no ano de 2019. Essas doações aprimoraram a realidade de várias corporalidades transmasculinas, sobretudo pessoas negras, uma vez que a intersecção entre raça e gênero segue atravessada pelo racismo e acarreta uma maior marginalização em relação a corpos negros Transtravestigêneres, assim como corporalidades indígenas, asiáticas e oriundas de culturas não-ocidentais.

Projetos como o de Nick reiteram o senso de coletividade e contribuem para melhores possibilidades de construção de movimento e resistência.

²¹ Disponível em <https://quilombocibernetico.home.blog/2020/02/06/quem-bindera-o-projeto-criado-por-um-jovem-preto-que-ajuda-pessoas-trans-pelo-brasil/>.

Figura 3: Nick Thomás utilizando o Binder.



Fonte: Nick Thomás, 2019.

Outro instrumento criado, comercializado, projetado e utilizado por corporalidades transmasculinas é o *Packer*:

Uma prótese peniana pensada e produzida para homens trans e pessoas transmasculinas. (...) é como uma reinvenção da natureza e do determinismo essencialista da anatomia dos corpos heteronormativos, e também rompe com a ideia cartesiana de natureza/tecnologia (Anzini e Rodrigues, 2021:49).

Acaba sendo menos acessível que o *Binder* em decorrência do valor que pode variar entre R\$200 e R\$1000, dependendo do material e de outros detalhes. É literalmente um objeto fálico que se assemelha ao pênis, possuindo um molde de textura realista, acompanhado de uma vértebra de encaixe que, quando necessário, possibilita uma espécie de ereção para facilitar o uso no ato sexual; assim como também acompanha uma *jockstrap* que funciona como uma cinta que prende o *Packer* ao corpo. A vértebra possui estimuladores em sua base, possibilitando prazer e até orgasmos para a pessoa que utiliza. Por se tratar de um objeto de uso externo, requer adaptação no momento do uso e pode facilmente ser utilizado diariamente, desde que seja realizada a devida higienização, para evitar fungos e bactérias na região da vagina.

Figura 4: *Packer* com vértebra e *jockstrap*.



Fonte: Nêmesis Lima, 2025.

Das esquinas, produzimos fala à nossa maneira e parimos o Pajubá. Nas décadas de 1960 e 1970, as ruas se tornaram a realidade de muitas Travestis, e as esquinas, espaços de produção de conhecimento e troca de saberes. Os terreiros de Candomblé — quando geridos por pessoas verdadeiramente comprometidas com o sagrado — serviram de refúgio, onde pudemos professar nossa fé e fortalecer nossos laços de pertencimento. Foi nesse contexto que tomamos o nagô e o iorubá como referências para construir nossas próprias expressões e gírias, criando um idioma de resistência e cumplicidade. Mais do que uma variação linguística, o Pajubá carrega um profundo significado de autonomia e resgate histórico, um mecanismo que nos permite narrar nossas vivências e garantir a compreensão entre nossas irmãs. Ele é, também, guardião de um saber sagrado que acompanha nossa trajetória em terra, ecoando a força das que vieram antes e abrindo caminho para as que virão.

O Pajubá é o idioma de amor entre irmãs. É a língua sagrada de Deyse. Surge de dentro da ancestralidade Iorubá, que prega o amor a toda a criação. É uma maneira de contar, através da fala, como travestis se acolhem, protegem e amam umas as outras.

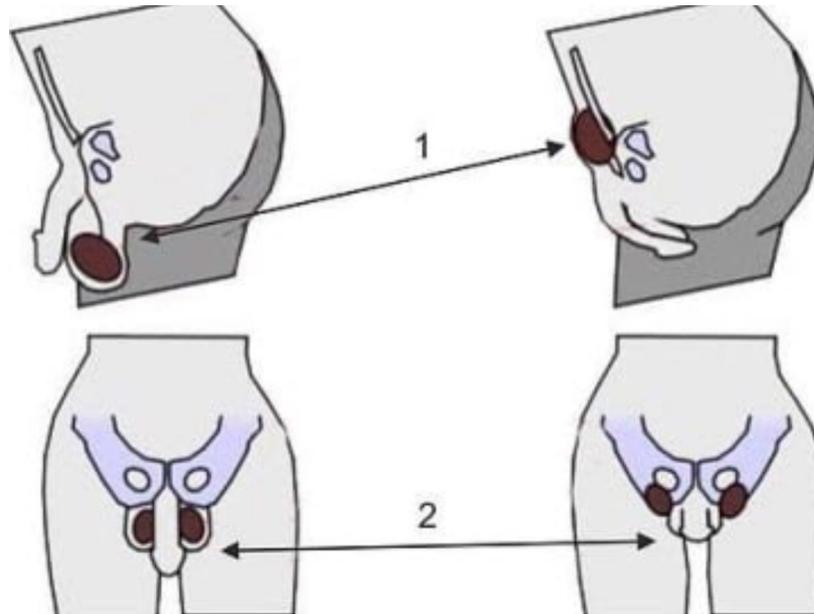
Nesse mesmo período, as Travestis se deparam com a realidade da prostituição enquanto lugar compulsório, uma vez que não éramos corpos bem recebidos em ambientes convencionais de trabalho e a arte era um mercado exclusivo para algumas. Estando no mercado da prostituição, logo nos confrontamos com a semiótica do corpo feminino e as inúmeras cobranças que nos obrigavam a atender aos padrões cisgêneros. Procuram em nossos corpos os seios desenvolvidos, o pouco acúmulo de tecido no meio das pernas, os quadris bem desenhados, o rosto arredondado, a boca preenchida e alguns outros símbolos encontrados em mulheres cisgêneras e que não compõem a nossa realidade de corporalidades testiculadas.

Para diminuir o acúmulo de tecido no meio das pernas e transformar nossos órgãos genitais em curvas imperceptíveis, criamos a técnica de Aquendação. No início, com o auxílio do uso de fitas que grudavam na pele, cobríamos todo o pênis e os testículos, puxando-os para trás e de certa forma permitindo que fossem imperceptíveis em nossas roupas. Com o passar do tempo, percebemos que essa técnica nos causava feridas graves na pele, e quando realizada de maneira contínua e sem o devido cuidado, ocorria torção do testículo, também infecções generalizadas que prejudicavam outros órgãos, inclusive os rins, e precisávamos ser submetidas a tratamentos invasivos, como por exemplo, a hemodiálise.

Para aprimorar nossa experiência de mundo e tornar a técnica de Aquendação algo menos doloroso, criamos a Calcinha de Aquendar, que é uma calcinha normal com uma pressão maior para segurar bem no corpo. A parte de baixo contém mais tecido do que a calcinha normal, possibilitando mais conforto no momento de “esconder” o pênis e o testículo. Basicamente o movimento da Aquendação é: 1) encaixar os testículos nos canais inguinais; 2) posicionar o pênis no meio das pernas e prendê-lo com as pernas; 3) logo após distribuir o saco escrotal dentro da calcinha de maneira que não fique marcado na roupa; vestir a calcinha e verificar se há pele para fora da calcinha; e, caso haja, 4) encaixar de volta na calcinha e pronto, a Aquendação está feita.

O uso das calcinhas de Aquendar facilitou muito nosso cotidiano, e mesmo que ainda não sejam acessíveis para todas, foram significativas na melhora de nossa qualidade de vida e saúde.

Figura 5: Ilustração do método de Aquendação.



Fonte: Disponível em <https://medium.com/@dimitravulcana/dicion%C3%A1rio-doutora-drag-a-de-aquendar-fa95d0d57c3d>.

Figura 6: Eu utilizando a calcinha de Aquendar.



Fonte: Nêmesis Lima, 2024.

Como o objetivo de desenvolver curvas mais marcadas, desenvolvemos o uso de Silicose Industrial no corpo. Essa substância é normalmente utilizada em maquinários de

fábricas, porém com origem e composição desconhecidas até hoje. Algumas ousam afirmar que o óleo aplicado em nossos quadris, peitos, bocas, pernas, braços e rostos é o mesmo utilizado em manutenção de aviões e navios da segunda guerra mundial. Não possuo propriedade para defender aqui uma composição comum, mas assumo que nossa resposta à realidade foi desafiar os limites do real, recriando nossos corpos e obrigando-o a se adaptar a quase 40 litros de óleo industrial.

Figura 7: Silicone Industrial sendo aplicado.



Fonte: Polícia Civil de BH, 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/12/20/mulheres-sao-presas-na-grande-bh-por-suspeita-de-aplicar-silicone-industrial-em-aumento-de-gluteos.ghtml>.

O Silicone Industrial é o óleo sagrado ungido por Deyse que carregamos em nossos corpos.

Luísa Marilac (2019) reserva, em seu livro *Eu, Travesti*, um capítulo intitulado de “22 litros de qualquer coisa” para contar sua experiência com o uso do Silicone Industrial. Nesse capítulo, a autora discorre sobre como a relação entre Travestis era cercada pela disputa do corpo, ou seja, a bicha mais poderosa era a que conseguisse “bombar” mais. Bombar é o termo utilizado para definir o ato de introduzir o óleo industrial no corpo, e, para que isso seja

feito, é necessária a presença da Bombadeira e da pessoa responsável pela sala de aplicação, que na verdade é a casa de alguma menina que cede um cômodo e em troca recebe um copo de óleo que pode ser aplicado em qualquer parte do seu corpo.

Possuo amigas que já fizeram a aplicação e essas me contaram com detalhes como ocorre o processo. Normalmente o litro custa entre R\$1500 e R\$2500 e só pode ser adquirido e aplicado de maneira clandestina. Na aplicação, é necessário escolher bem o local em que o silicone será aplicado e utilizar faixas para delimitar até onde o óleo deve escorrer no corpo. Após delimitar o espaço da pele que receberá o óleo, com faixas amarradas fazendo uma pressão significativa, o silicone é aplicado nos quadris. Nesse momento a Bombadeira, que é “a mulher que, sem formação médica ou estética, aplica o silicone industrial com injeções de bois e cavalos” (Luísa Marilac e Nana Queiroz, 2019, p. 73), posiciona as seringas de uso veterinário nos locais estratégicos e, uma por uma, vai introduzindo o líquido no corpo. Depois de introduzido é chegada a hora da “massagem”, ou seja, a bombadeira irá modelar o óleo no corpo e dar forma à região. Esse processo é um dos mais dolorosos e pode causar até desmaio. O óleo obriga o músculo a se desprender da pele e preenche esse espaço que ele abre na estrutura física, e é nesse momento que o silicone se adequa ao corpo. Literalmente o óleo adentra as brechas do corpo para se adequar bem. Amigas me relatam que o momento da massagem é um verdadeiro horror que rasga, arde e machuca a pele de maneira absurda.

Após a aplicação, deve-se usar uma calcinha de número 2 vezes menor que o seu pelos próximos 7 dias ou mais, e talvez menos, dependendo de quanto tempo seu corpo leve para se adaptar e encapsular a substância, dando forma à região escolhida. Esse processo pode ser nocivo pra a saúde e, dependendo da maneira como for aplicado, pode não ter uma boa recuperação, necrosar, o óleo pode descer para outras partes do corpo e deformar, mas apenas na pior das hipóteses. Quando bem feito, o silicone industrial modela bem o corpo e permite desenvolver formas mais marcadas e próximas ao que se espera de um corpo feminino, possibilitando uma melhor relação com o corpo e conexão com o que se deseja.

Em decorrência do nível de periculosidade, muitas pessoas observam e defendem o uso do óleo enquanto algo a ser combatido e superado, e para essas eu afirmo que o Silicone Industrial não é o problema original, mas sim uma resposta rápida para um problema macro: a Farmacopornografia. O sistema farmacopornográfico que nos obrigou a criá-lo, e segue criando e recriando padrões sociais e semióticos de corpo cada vez mais afastados do real, possível e humano. Esse mecanismo de dominação semiótica leva todas as corporalidades, e

não somente as transgêneras, a recorrer a procedimentos de intervenção física cada vez mais caros e exclusivos.

No caso das corporalidades transsexuais, Travestis e transgêneras, isso toma um lugar bem mais profundo que unicamente estético: a nossa identidade. Nesse sentido, intervencionar o corpo torna-se uma necessidade. Suprir essa necessidade, que nem sempre é nossa e quase sempre é do outro, é algo financeiramente alto. A realidade da população Transtravestigêneres não é atravessada por acesso financeiro facilitado e obtenção de renda. Dado o cenário de necessidade e pouco acesso ao dinheiro, criamos o Silicone Industrial, o uso do *Binder*, a aquendação e outros instrumentos – nocivos à saúde quando utilizados em longo prazo – como forma de continuarmos, quando possível, vivas, seguras e de certa forma confortáveis com nosso corpo. Todos estes mecanismos, assim como os citados anteriormente, são nossa mais direta resposta ao genitalismo, ao heterossexismo, ao patriarcado e à farmacopornografia. Nossas vidas são tecnologias Travestis de ponta para que o genitalismo caia e a liberdade torne-se uma realidade. O Transfuturismo nos ensina que em meio a tanto horror, nosso corpo é a melhor resposta.

Cap. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu movimento de escrita emerge como uma resposta direta ao genitalismo e a todas as formas de poder e controle do corpo, que não atuam de forma isolada, mas carregam consigo um complexo aparato de normas e discursos que sustentam aquilo que entendemos como verdade. Nesse contexto, o Transfuturismo se apresenta como um convite à desconstrução dessas verdades, lembrando-nos de que a liberdade deve ser o alicerce para a construção de novas possibilidades de existência. Para que essa reconstrução seja viável, é fundamental lançar um olhar crítico e reflexivo sobre as categorias de sexo e gênero, desvendando suas camadas históricas e sociais, e compreendendo como elas moldam nossos corpos, desejos e identidades. Esse processo não busca apenas contestar o que nos foi imposto, mas também criar caminhos para imaginar e materializar futuros tecnologicamente Travestis.

A crítica Transfuturista propõe a subversão das narrativas que reduzem os corpos à lógica do controle e da vigilância, questionando a medicalização compulsória e a normatização dos desejos e das identidades. A farmacopornografia, enquanto dispositivo de poder, não apenas regula os corpos dissidentes, mas também produz subjetividades conformadas a um ideal cisheteronormativo. O Transfuturismo, ao contrário, busca romper com essas amarras, reivindicando o direito à experimentação de si, à autodeterminação e à criação de novas formas de habitar o corpo e o mundo.

O Transfuturismo e a contrassexualidade são noções que se aproximam em diversos sentidos, especialmente quando o gênero se revela como um problema a ser enfrentado, e, a partir desse reconhecimento, passamos a nos compreender tanto como parte quanto como possibilidade de solução. Contracenamos em uma realidade que se desenha, muitas vezes, como distópica e fragmentada, atravessada por violências impostas sobre nossos corpos e existências. No entanto, essa realidade também se faz território de subjetividades insurgentes, que desafiam as normas e reivindicam outros modos de ser e existir.

O patriarcado, o heterossexismo, o binarismo, as noções de sexo e de gênero, o genitalismo e a farmacopornografias são ficções que, antes de tomar a realidade, foram pensadas, arquitetadas, projetadas e construídas, uma vez que “tudo o que está construído

precisou, antes, ser imaginado” (Jota Mombaça, 2021, p. 67). Boa parte do que entendemos enquanto verdade surge de um senso comum, e o senso comum na maioria das vezes serve ao sistema, sendo assim, o senso comum também representa uma forma de poder.

Construímos nosso senso de cidade a partir da violência – infelizmente, pois o design do patriarcado é projetado a partir da violência. Os órgãos de poder atuam em torno dessa violência, sobretudo quando a necessidade é Travesti, preta ou indígena, pois:

A violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cissupremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de exceção (Jota Mombaça, 2021, p. 73).

Essa violência é projetada para direcionar morte a corporalidades específicas e lucros a quem detém o poder. O Brasil segue se constituindo a partir desse lugar, afinal:

O Brasil é o que acontece quando (...) uma de nós se suicida, quando uma Travesti é assassinada, a cada tiro da polícia, de qualquer polícia, pública ou privada. O Brasil é o que asfixia e mata. O Brasil é a chacina (Jota Mombaça, 2021, p. 16).

Nesse cenário marcado pela violência, somos levadas a desvendar e criar o mapa das brechas para que isso nos torne o milagre (Mombaça, 2021). Construir um pensamento dentro das ciências sociais que amplie os horizontes do corpo e humanize os debates sobre as identidades Transtravestigêneres é, por si só, Transfuturista. Trata-se de um movimento de ruptura com a normatividade, que busca não apenas questionar as estruturas de poder, mas também abrir espaço para a emergência de novas narrativas e possibilidades de futuro:

Fomos machucadas, e nos tornamos mais do que efeito da dor, (...) fomos aprisionadas, e nos tornamos mais do que o cativo, (...) fomos brutalizadas, e nos tornamos mais do que a brutalidade. (...) fomos assassinadas, e nos tornamos mais velhas que a morte, (...) e nesse fundo (...), nesse cerne em que fomos colocadas, fecundamos a vida mais-do-que-viva, a vida emaranhada nas coisas (Jota Mombaça, 2021, p. 19).

Nós, as Transfuturistas, construímos nosso corpo através das coisas, e é nas coisas que se concentra o nosso poder, pois é das coisas que surgem nossos instrumentos de ruptura (Violet Baudelaire Anzini, 2021).

O Transfuturismo não declara o fim de uma guerra, mas inicia, continua e aprimora, ou seja, tomamos para nós o lugar de ataque, recusando a defesa, porém ainda tendo-a enquanto parte do todo.

Não estaria sendo realista se meu movimento fosse propor o fim do genitalismo, uma vez que as demandas de corporalidades dissidentes são urgentes, e pôr um fim em um sistema arquitetado desde que o mundo é mundo levará muito tempo. Por isso, afirmo a possibilidade de romper com o pacto neocolonial e, nesse movimento, anunciar:

Às pessoas heterossexuais, cuja heterossexualidade é contínua ao regime político de homogeneização sexual, extermínio dos desejos subnormais e genocídio das corporalidades desviantes, eu gostaria de dizer: nós vamos penetrar suas famílias, bagunçar suas genealogias e dar cabo de suas ficções de linhagem. Para cada pessoas cisgênera que olha a si e se vê como norma, e assim olha o mundo e o vê como espelho, deixo o seguinte recado: nós vamos desnaturalizar sua natureza, quebrar todas as suas réguas e hackear sua informática de dominação (Jota Mombaça, 2021, p. 75).

Desaquedamos o genitalismo de nossas vidas, e nos tornamos deusas encarnadas que desafiam a lógica cisheteronormativa. Com o óleo de nossos quadris, intoxicamos o patriarcado, envenenamos suas bases e desestabilizamos suas estruturas. Nossos corpos, antes visto como desvios, tornam-se ferramentas de subversão e potência. Com nosso packer arrombamos as brechas, até que elas se tornem aldeias abundantes, compostas por encruzilhadas onde trabalhamos para Exú, pedindo proteção e fartura. Laroyê!

REFERÊNCIAS

- Anzini, Violet. **A Queda do Falo**: Arqueologia do cotidiano de Travestis e mulheres trans. 1ª Edição. Porto Alegre. Ed. da Autora. 2021.
- Anzini, Violet; RODRIGUEZ, Shay. **Transviades contra o sistema transfóbico**: Você sabe o que é genitalismo? Revista Brasileira de Estudos de Homocultura (REBEH). Nº 12. Vol. 3. Abril de 2020. 41 – 57. 2020.
- Benevides, Bruna. 2023: Brasil invicto como campeão no consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinator). **Catarinas**. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>. Acesso em 08 de Abril de 2025.
- Bento, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**: Sexualidade e Gênero na experiência Transexual. 3ª Edição. Salvador. Editora Devires. 2017.
- Butler, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. 1ª reimpressão. São Paulo. N-1 Edições. Crocodilo. 2020.
- Butler, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. 19ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2019.
- G1 MT e TV Centro América. MP pede que responsável por tingir cachoeira em chá revelação pague mais de R\$ 180 mil por danos ambientais em MT. **G1**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/05/03/mp-pede-na-justica-que-responsavel-por-tingir-cachoeira-de-azul-em-cha-revelacao-pague-mais-de-r-180-mil-por-danos-ambientais-em-mt.ghtml>. Acesso em 04 de Abril de 2025.
- Hilário, Erivan; Marro, Kátia; Nogueira, Leonardo; Paz, Thaís. **Hasteemos a bandeira colorida** Diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular. 2018.
- Jesus, Jaqueline Gomes; & Co. **Transfeminismo**: Teorias e Práticas. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2019.
- Passos, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2022.
- Peirano, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos. Nº 20. Vol. 20. Dezembro de 2014. 377 – 391. 2014.
- Preciado, Paul. **Dysphoria mundi**: o som do mundo desmoronando. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2023.
- Preciado, Paul. **Manifesto Contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2022.
- Preciado, Paul. **Texto Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2023.

Marilac, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, Travesti**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Record. 2019.

Minayo, Maria (org); DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu; NETO, Otávio. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2002.

Miranda, Camila. **A autoetnografia como prática contra-hegemônica**. Teoria e Cultura – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Nº 3. Vol. 17. Dezembro de 2022. 70 – 78. 2022.

Mombaça, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Encruzilhada. 2021.

Rivera, Sophia. Criminalizar prostituição em via pública fere direitos das profissionais do sexo. **A Ponte**. 2025. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-criminalizar-prostituicao-em-via-publica-fere-direitos-das-profissionais-do-sexo/>. Acesso em 18 de Março de 2025.

Simakawa, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 2015.

Soares, Mar Domingos. **Por isso siga em frente, meu bem, não há perigo na esquina – há Trans e Travestis: o Ensino de Química, a Educação Popular e o Tecer de uma Pedagogia Transgênera**. Recife. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2024.

Tokarnia, Mariana. Com 105 mortes em 2024, Brasil é o país que mais mata pessoas trans. **Agência Brasil**. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-01/com-105-mortes-em-2024-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans>. Acesso em 15 de Março de 2025.

Villada, Camila. **Sou uma tola por te querer**. São Paulo. Tusquets editores. 2022.

Xerez, Gioras. Relembra a história de Dandara dos Santos, travesti que dá nome ao projeto de lei que aumenta a pena de LGBTcídio. **G1**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/07/06/relembra-a-historia-de-dandara-dos-santos-travesti-que-da-nome-ao-projeto-de-lei-que-aumenta-a-pena-de-lgbtcidio.ghtml>. Acesso em 08 de Abril de 2025.